

Sequestro, documentos assinados sob coação, subornos, entre outras práticas



Eleições na Matola viram caso de *Gangsterismo*

PAGs: 04 E 05



Políticos, juízes e CNE em martelanismos para dar vitória à Frelimo

Frelimo perdeu, segundo contagem paralela da Renamo, MDM e observadores

80 Meticais EVIDÊNCIAS

Nosso compromisso é com a verdade / Registo: 011/GABINFO-DEP/2020

DIRECTOR: Nelson Mucandze | EDITOR: Reginaldo Tchambule | Terça-Feira, 24 de Outubro de 2023 | Edição nº: 132 | Ano: 03

Após ser o primeiro a quebrar o silêncio e exigir o “resgate” do partido



Grupo que detém o poder poder não engoliu a seco e já está em curso um contra-ataque
Grupo de choque foi instruído a espalhar narrativa de que Samito não tem ideais do pai
Instituições do Estado como a polícia entram no expediente para combater Samora
Vozes internas acusam Nyusi e seu grupo de terem empurrado o país e (agora) a Frelimo ao abismo

Moçambique começa a tributar transações digitais a partir de 2024

A Autoridade Tributária (AT) de Moçambique vai começar a tributar transações digitais a partir de 2024, visando adaptar o país à nova economia digital e aumentar as receitas do Estado, disse a vice-ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira.



Camaradas começam a cobrar o preço da “questionável” vitória

Samora Machel torna-se alvo para abate, após ser o primeiro a quebrar o silêncio e exigir o “resgate” do partido

Mas o grupo actualmente no poder não engoliu a seco e já está em curso um contra-ataque

Instituições do Estado como a polícia entram no expediente para combater Samora

Grupo de choque foi instruído a espalhar narrativa de que Samito não tem ideais do pai

Vozes internas acusam Nyusi e seu grupo de terem empurrado o país e (agora) a Frelimo ao abismo

Longe do aparente normal que se tenta projectar, há uma Frelimo que está a sangrar por dentro e camaradas envergonhados com o rumo que o país e (agora) o partido estão a tomar. Samora Machel Júnior foi o primeiro da dita reserva moral do partido que ganhou coragem e publicamente insurgiu-se contra a actual degradação de valores no partido no poder, uma postura da dita “crítica e autocrítica” (que no passado já fez escola quando a Frelimo ainda se outorgava partido do povo), que, no entanto, não foi bem recebida pela ala actualmente no poder, em total desespero e que está focada em tudo fazer para arranjar maior número de autarquias por forma a vender a falsa ideia de que tudo está bem. Mas Samora Machel Júnior não se acobardou no silêncio e fez uma radiografia fiel da tenebrosa fase que o partido vive, tendo pedido inclusive uma purga de infiltrados que tomaram Frelimo para seus interesses. Já nos corredores há quem já considera que esta “derrota” eleitoral da Frelimo é reflexo da má actuação do governo. Neste momento está a ser ensaiada uma operação de assassinato de carácter de Samito e todo aquele quadro que for identificado como uma ameaça aos interesses do grupo que assaltou o processo eleitoral.

Evidências

Os pronunciamentos de Samora Machel Júnior, que ganhou coragem e posicionou-se ao lado do povo diante das atrocidades cometidas para encobrir aquele que pode ter sido, se calhar, o maior descalabro eleitoral de todos os tempos para a Frelimo, não caíram bem nas hostes dos camaradas que actualmente detêm o poder na condução dos destinos do país e do partido, que o vêem como ameaça aos seus interesses e, segundo apurou o Evidências, já prepararam um plano para combatê-lo dentro e fora do partido.

Naquela que é tida como a posição mais vigorosa de um membro do Comité Central preocupado com a integridade do processo eleitoral e com o respeito pelas regras básicas da democracia, Samora Machel Jr foi o único até aqui que teve peito para denunciar “interesses pessoais e de grupos” que capturaram o partido e se sobrepuseram ao desiderato colectivo, tendo

por isso proposto uma purificação das fileiras e responsabilização dos responsáveis.

No dia (19 de Outubro) que marcava o trigésimo sétimo ano da morte de Samora Machel, vítima do acidente de aviação em Mbuzini, Samito, como é carinhosamente tratado, manifestou publicamente que “há” uma Frelimo que não alinha com a fraude, violência e assassinatos perpetrados pelos membros da Frelimo e pela Polícia da República de Moçambique (PRM).

“Na qualidade de membro do partido Frelimo na sua direcção máxima (Comité Central), e com sentimento de profunda identificação com os ideias e história do Partido, expresso o meu total desacordo e desdém aos actos antipatrióticos, profundamente antidemocráticos, que embora sejam praticados em suposta defesa dos interesses do partido Frelimo, no ranger e arripio da verdade, descredibilizam a marca FRELIMO



perante o povo que por ele juramos lutar, libertar e defender”, denuncia.

Para Samito, são actos que corroem o processo democrático, põem em risco a unidade nacional e comprometem a paz que se deseja para o povo Moçambicano, independentemente das opções partidárias.

Purificação de fileiras e responsabilização aos infractores

O primogénito do primeiro Presidente de Moçambique lamentou os relatos de acções e comportamentos por parte de membros do partido Frelimo, membros e agentes das autoridades eleitorais, elementos das Forças de Defesa e Segurança (FDS), que interferiram profundamente na integridade do processo eleitoral, o que no seu entender vai na contramão

dos valores fundamentais da Frelimo, do estado de direito e da democracia.

“Num momento em que a democracia sofre ataques um pouco por todo mundo, as acções e comportamentos que assistimos minam a confiança que os cidadãos depositam nas instituições, sobretudo os mais jovens, que acabam não vendo futuro no país, na democracia que queremos construir no dia a dia”, afirma, sugerindo, como solução, exaustiva investigação para identificar os responsáveis, para que possam ser levados à barra da justiça, independentemente da sua filiação partidária.

“Na nossa democracia, a impunidade não pode e nem deve ser tolerada. Apelamos a CNE, guardião máximo da integridade dos processos eleitorais, para que use toda a autoridade e instrumentos ao seu dispor para garantir

um desfecho desta eleição, que reflecta efectivamente as escolhas feitas pelos moçambicanos”, disse

Ao partido, Samito defende que é imperativo no momento a educação e qualificação de seus membros sobre a importância do respeito aos princípios democráticos, do estado de direito e a vontade do povo expressa nas urnas.

“Não podemos, nem devemos tolerar nas nossas fileiras indivíduos que cometeram actos condenáveis, pois a nossa conduta não se coaduna com este tipo de postura. A nossa nação e o nosso povo merecem um sistema democrático credível, sólido e confiável, e é responsabilidade de todos nós que Moçambique trilhe pelo caminho do progresso democrático” e que “sem democracia não há futuro para Moçambique”.

Continua na pag 03

Dívidas ocultas: Tribunal retira imóveis que estão na gestão dos arguidos

A Sexta Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo retirou, através de uma decisão tomada pelo Juiz Efigênio Baptista no dia 09 do corrente mês de Outubro, 10 imóveis da gestão dos arguidos no processo das “dívidas ocultas”. Trata-se de imóveis apreendidos em 2021 e que ainda continuavam na gestão dos arguidos, na qualidade de fiéis depositários.



DESTAQUE

EVIDÊNCIAS

24 DE OUTUBRO DE 2023

3

Continuação da pag 02

Combate cerrado a Samito, com polícia medita e sucessão a mistura

Por causa da sua postura e frontalidade com que abordou o momento delicado que o partido atravessa, Machel Júnior arrisca-se a ver desenterrados alguns dossiers antigos, como é o caso do malparado processo contra si por parte do Comité Central. E porque nas suas declarações critica ferozmente a actuação da PRM, esta corporação já reagiu e prometeu, inclusive, levá-lo à barra da justiça para esclarecer o imbróglio sobre o número real de mortos quando a polícia abriu fogo contra simpatizantes da Renamo em Chiúre.

O filho do primeiro Presidente da República disse na sua contundente missiva aos camaradas que haviam morrido quatro pessoas, mas a Polícia reconheceu somente um óbito. A pronta preocupação da PRM em desmentir Machel Júnior parece mais um acto inofensivo, mas não. Entra dentro de um expediente político, com a sucessão à mistura.

É que Samora Machel Júnior é visto nos últimos dias como tendo ambições presidencialistas, facto que incomoda a ala Nyusi e o actual “boss” da polícia, Bernardino Rafael, também tem se preparado nos últimos tempos para suceder o seu primo (Nyusi) na Presidência e viu as declarações de Samito como sendo uma afronta a si. Por isso não teve forças a medir e mobilizou a corporação que dirige para a sua luta



dor de bens, daí ter morrido pobre.

Entre o grupo actualmente ao leme do país e da Frelimo há quem chega mesmo a questionar a moralidade de Samito para acusar a PRM de atrocidades quando a sua empresa, Montepuez Ruby Mining (MRN), num passado não muito distante já esteve envolvida num escândalo de torturas a garimpeiros ilegais em Montepuez, Cabo Delgado, usando, curiosamente, a mesma Unidade de Intervenção Rápida.

Enquanto no partido é combatido, na sociedade a atitude de Samora Machel Júnior é louvada e apoiada por ter sido o primeiro a apresentar sua indignação em relação ao grupo associado à degradação moral na Frelimo, numa altura em que há uma crença de que o



política e espera arrastar o expediente à justiça.

Paralelamente, grupos de choque, sobretudo a louvaminheira e “yesmenizada” OJM, foram instruídos para venderem, por via de vários meios, incluindo as redes sociais, uma narrativa de que os interesses de Samito e do pai divergem, pois o filho seria um capitalista, enquanto o pai não era acumula-

partido está entregue a interesses de gente com poder financeiro para comprar lealdades.

A sua frontalidade o fez granjear ainda mais simpatia fora dos círculos do partido Frelimo, sendo visto na sociedade como um dos poucos a quem ainda se pode depositar confiança dentro de uma força política em clara crise existencial.

Vender a ilusão de que está tudo bem é a única estratégia de sobrevivência

O grupo actualmente no poder está em desespero, pelo facto de estar a ser já cobrado internamente pelo rumo nebuloso com que está a conduzir os destinos do país e agora do próprio partido que, embora haja um esforço gigantesco para tentar ocultar, teve os seus piores resultados da história, chegando a precisar de “esquemas” para manter-se no poder em Maputo e outras importantes cidades do país.

Entende-se nos corredores internos que a vitória tem sabor a derrota, apontando-se culpas a Filipe Nyusi e seu entourage, por isso aventa-se um Comité Central fervoroso entre Novembro e Dezembro próximo, em que alguns camaradas poderão cobrar respostas do actual líder do partido e seu círculo mais restrito.

É nessa lógica que para tentar escamotear a verdadeira crise no partido e fingir que está tudo bem, o grupo actualmente no poder decidiu lutar pela sua sobrevivência, tendo como único interesse vender a ilusão de que a Frelimo ganhou em 64 das 65 autarquias.

Na passada sexta-feira, o grupo que esteve por detrás do último descalabro, no caso o Gabinete de Campanha, chefiado por Roque Silva e Celso Correia, esteve reunido com o presidente do partido, Filipe Nyusi, a tentar convencê-lo de que estava tudo controlado e que é ideal não se fazer cedências à pressão exercida pela Renamo, que reclama vitória em um número considerável de autarquias, incluindo Maputo e Matola, onde, inclusive, uma contagem paralela independente confirma derro-

ta da Frelimo.

Inventar inimigos para o chefe

Neste momento de crise, socorrem-se da velha tática de inventar e vender supostos inimigos dentro e fora do partido ao chefe, para que possam ser usados como bodes expiatórios, a começar pela propalada mão externas que estaria a instrumentalizar a oposição e os jovens, membros seniores descontentes da Frelimo que estariam a conspirar contra o partido e até gestores de órgãos de comunicação social, pura e simplesmente por terem sido imparciais.

A ideia do Gabinete de Campanha, preocupado com a sua sobrevivência política, é manter as coisas como estão, ou seja, a Frelimo ganhar em 64 das 65 autarquias, ainda que isso seja a contragosto da Renamo, com os riscos que isso pode acarretar à paz e reconciliação nacional.

Roque Silva, patrono das eleições internas com candidaturas únicas eleitas com 100% dos votos, está a ver-se já com a cabeça à prémio, a partir do próximo Comité Central, por isso tenta jogar com tudo ao seu dispor para tentar convencer a todos que a Frelimo foi um vencedor legítimo, até onde está mais que claro que a Renamo ganhou.

Por essa razão, no passado Sábado, a Frelimo mobilizou dezenas de autocarros para distritos que não tem autarquias para carregar centenas de militantes para marcharem nas vilas e cidades autárquicas, tentando criar uma ilusão de grande popularidade do partido. Vídeos e imagens de simpatizantes a serem carregados nos distritos e devolvidos às zonas de origem confirmam a estratégia de desespero do Gabinete de Campanha da Frelimo para tentar legitimar uma vitória, de todo questionável. Juizes e titulares de órgãos de administração eleitoral têm estado em constante pressão para negarem recursos da oposição ou recorrer nos casos em que os tribunais não decidem a favor.

Os nervos aumentam, sobretudo pelo facto da Renamo estar a conseguir arrastar grandes molduras humanas espontâneas nas suas caravanas em cidades como Maputo, onde até há bem poucos anos era impensável ver tamanha popularidade da perdiz.

Desconhecidos incendeiam viatura do director do STAE em Quelimane

Indivíduos que continuam a monte incendiaram, na madrugada de quarta-feira, 18 de Outubro, a viatura do director do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral no distrito de Quelimane, Lourenço Fato. De acordo com o Diário da Zambézia, o facto ocorreu por volta da meia noite, sendo que a viatura era alugada e o proprietário já começou a exigir a devolução da mesma.



Eleições na Matola viram caso de *Gangsterismo*

Houve três recursos, sequestro, documentos assinados sob coação, suspeitas de subornos, entre outros crimes

Políticos, juizes e CNE em martelanismos para dar vitória a Frelimo e Júlio Parruque

Presidente do CEC ignorou plenário e decidiu sozinha recorrer contra decisão do tribunal

Membros do órgão pedem nulidade do acto por não ter sido decidido por deliberação

Delegado do MDM sequestrado e obrigado a assinar desistência do caso

Estranhamente, documento obtido sob coação por estranhos está junto ao processo

Se a suspeita de fraude em si já tinha contornos criminais, os vários desenvolvimentos registados na Matola, na semana passada, transformaram uma eleição em caso de puro “gangsterismo” com relatos de sequestro, documentos assinados sob coação, relatos de subornos, entre outras práticas criminais. Contudo, o episódio mais hilariante foi protagonizado pela Comissão de Eleições da Cidade (Matola), em que vogais acusam a presidente do órgão de ter praticado actos ilegítimos ao submeter um recurso ao Conselho Constitucional (CC) em nome do grupo sem que o plenário tenha se reunido para deliberar, por via disso, o grupo composto por seis membros daquele órgão eleitoral submeteu também um recurso a pedir a nulidade dos actos praticados em seu nome, chegando, inclusive, a questionar a razão de ter tomado as dores da Frelimo e se precipitado em contestar uma decisão judicial numa situação em que é árbitro e não jogador. Mas, pelo meio, há relatos de ameaças, pressão e circulação de dinheiro para suborno de políticos e juizes, num expediente que visa essencialmente favorecer a Frelimo e seu cabeça-de-lista, Júlio Parruque, num contexto em que as contagens paralelas de todos partidos da oposição e observadores apontam para uma vitória expressiva da Renamo. Aliás, como um acusado de roubo que não quer ser revistado, a Frelimo submeteu, esta segunda-feira, um recurso ao Conselho Constitucional a pedir a anulação da decisão de recontagem de votos na Matola.

Evidências

De todas as 65 autarquias, a situação da Matola apresenta-se como a mais volátil, com vários avanços e revezes num curto espaço de tempo. A título de exemplo, na semana passada, duas instâncias do mesmo tribunal tiveram duas apreciações diferentes em relação a dois contenciosos eleitorais submetidos pela Renamo e MDM, sendo que no primeiro o juiz julgou improcedente o caso, enquanto no segundo a juíza reconheceu irregularidades e ordenou a recontagem em toda autarquia.

A decisão a favor do recurso do MDM, terceira força mais votada, favorece a Renamo, que reclama vitória no pleito. Contudo, quando tudo indicava que podia se recontar os votos com base nos editais na posse dos partidos da oposição, pelo facto de suposta-

mente ter havido falsificação de editais, eis que a Comissão de Eleições da Cidade da Matola, sem ser necessariamente jogador, mas sim árbitro, decide entrar em cena na passada sexta-feira e submeter um recurso ao Conselho Constitucional contra a decisão de recontagem proferida pelo tribunal.

Trata-se de uma decisão insólita que mostra o quão desesperada a Comissão Distrital de Eleições está para dar a vitória à Frelimo, mas também o receio de que uma provável recontagem – exigida pelo MDM e Renamo, esta última que inclusive reclama vitória – possa desvendar contornos escandalosos da fraude.

Para sustentar o seu recurso, o braço da CNE na Matola socorre-se do falacioso argumento de que as cópias dos editais e actas originais



produzidos nas mesas de voto e distribuídos aos mandatários como manda a lei não são autênticos, por via disso não fazem fé em juízo.

“Os documentos juntos pelo impugnante não têm força probatória plena em juízo, por serem fotocópias não autenticadas e carecerem de pública forma; O Despacho em causa decidiu em medida superior e diversa do que sustenta o pedido, violando a essência do disposto no n.º 1 do artigo 661 do Código de Processo Civil; Falta fundamentação sobre em que medida as supostas irregularidades verificadas pelo tribunal podem ter influenciado substancialmente no resultado geral da eleição na Cidade da Matola”, sublinha a CNE, representada pela respectiva presidente, Carolina Cumbana.

Uma decisão unilateral que está a dar barulho

A CEC invoca ainda incompetência absoluta do Tribunal do Tribunal Judicial da Cidade da Matola para julgar o contencioso eleitoral.

“Conforme se pode retirar da douta sentença, publicada

nas redes sociais antes da notificação das partes e posteriormente notificada à comissão, há uma clara e inequívoca usurpação de Competências, visto que a decisão proferida pelo tribunal a quo, de recontagem de votos é competência exclusiva da Comissão Nacional de Eleições ou do Conselho Constitucional, conforme se retira do estabelecido no n. 1 do artigo 145 da Lei 14.2018, de 18 de Dezembro”.

Entretanto, ao que tudo indica, a decisão tomada pela presidente Carolina Cumbana foi unilateral, pois seis vogais da Comissão Distrital de Eleições da Matola (CEC) apresentaram no domingo (22) uma queixa ao Conselho Constitucional, denunciando que esta submeteu um recurso sem ter reunido o órgão em plenária para deliberar.

Os membros deste órgão pedem que a acção tomada pela presidente do CEC seja considerada nula e de nenhum efeito por ter sido tomada sem observância dos preceitos legais e chegam a questionar qual seria o interesse particular dela em evitar a recontagem de votos. E como prova de ilegalidade é

que o recurso não está acompanhado de acta deliberativa.

“Não compete à Comissão de Eleições Distritais recorrer qualquer decisão de um tribunal em matéria de contencioso eleitoral, por isso lamentam que tal atitude esteja a acontecer em nome de um instituição que não é interveniente em processos eleitorais, mas sim gestora, pelo que se questiona: Quantos votos ou assentos perderia a CEC em caso de recontagem de votos? O que move a presidente a agir nestes moldes? Que interesses subjacentes tem ela?”, indagam os vogais, que terminam pedindo a exoneração de Carolina Cumbane.

Denunciados os serviços de C. Cumbana, Frelimo decide ir lutar sua própria batalha

Até o dia em que os vogais da CEC partiram a louça a Frelimo parecia uma entidade neutra no processo. No entanto, denunciada a ilegitimidade da presidente da CEC para recorrer no acto, o partido dos camaradas na Matola,

Continua na pag 05

Moçambique vai aprovar novos projectos de pesquisa e produção de hidrocarbonetos

O país caminha a passos largos para aprovar novos projectos de pesquisa e produção de hidrocarbonetos. Para materializar esse propósito, o Instituto Nacional de Petróleo (INP) vem promovendo sessões técnicas de esclarecimento e diálogo com os vencedores do Sexto Concurso de Concessão de Áreas de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos, em torno dos termos e filosofia do Modelo de Contrato aplicável às Áreas de Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos no país.



Continuação da pag 04

decidiu, esta segunda-feira, ir lutar a sua própria batalha, pois a única esperança que tinha de impugnar a decisão de recontagem estava quase desmascarada.

Evocando praticamente os mesmos argumentos que a presidente da CEC da Matola, a Frelimo pede que “seja declarado improcedente o despacho do Tribunal Judicial do Distrito da Matola e que seja a decisão recorrida declarada nula por inquirir vícios de incompetência do tribunal, para decidir sobre a recontagem de votos”. Curiosamente arrola como testemunha a própria Comissão de Eleições da Cidade da Matola que, por norma, deveria ser imparcial.

Quem não se acobardou novamente é o tribunal, que no seu parecer, anotou que os fundamentos usados no recurso da Frelimo são os



mesmos invocados pela Comissão de Eleições da Cidade da Matola.

“Os fundamentos do presente recurso, estranhamente, são os mesmos apresentados no recurso interposto pela supervisora, Comissão de Eleições da Cidade da Matola, que em princípio devia ser

imparcial, isenta e sem nenhum interesse partidário no processo (...), pois até esta Comissão foi arrolada como prova testemunhal no Recurso que aqui nos ocupa, interposto pelo partido Frelimo”, conclui o tribunal, expondo uma aparente promiscuidade entre a Frelimo e a presidenta

da CEC da Matola.

Delegado do MDM foi sequestrado e obrigado a assinar documento de desistência

A submissão do recurso da Comissão Eleitoral da Matola aconteceu um dia depois do delegado de candidatura do Movimento Democrático de Moçambique, Renato Muelega ter sido raptado, mantido sob cárcere na sua viatura, ameaçado de morte e forçado a assinar documentos de desistência do processo. De seguida, o grupo obrigou-o a entregar o carimbo do partido, que trazia consigo na viatura.

“Mais tarde vim a perceber que afinal o documento era de desistência do partido ao processo que culminou com a decisão de se fazer a recontagem dos votos na

Matola”, declarou Muelega à Sala da Paz.

Face ao sucedido, Muelega diz ter comunicado as autoridades para que o documento em causa, assinado sob coacção, não tenha nenhum efeito jurídico. No fim, a Juíza atendeu o seu pedido.

“Não sofri nenhuma agressão durante o acto porque cooperei. Mas tenho estado a circular de forma condicionada”, lamentou Muelega.

Estranhamente, o documento assinado sob coacção foi junto ao processo no tribunal pelos referidos desconhecidos e, coincidentemente, a alegada informação sobre a desistência do MDM, consta das questões prévias do recurso apresentado pelo CEC, levantando questionamentos sobre como Carolina Cumbana teria acedido a tal dado.

Frelimo só venceu nos editais na posse do consórcio CNE/STAE

Contagem paralela da Renamo, MDM e observadores dá vitória à Renamo em Maputo, Matola e Quelimane

Enquanto a Frelimo continua a festejar empolgada os resultados das VI eleições autárquicas, as mais contestadas de sempre, nova contagem de instituições independentes mostra que, afinal, os partidos da oposição, sobretudo a Renamo e o MDM, em Maputo, Matola e Quelimane tinham razão.



Uma contagem paralela do Centro de Integridade Pública, inserida no âmbito da observação da sociedade civil Mais Integridade, baseada em editais obtidos nas mesas de votação, mostra que a Renamo ganhou de forma folgada nas três cidades e os dados curiosamente coincidem com que

estão na posse do MDM e Renamo. Os dados que dão vitória à Frelimo nestes pontos do país são baseados em editais supostamente falseados, tal como, aliás ficou comprovado em tribunal, pelo menos na cidade de Maputo.

Segundo o consórcio, a Renamo ganhou na cidade de Maputo com 198,207 (55%), contra 132,850 (37%) da Frelimo e 23,760 (7%) do MDM. Os dados são referentes a cópias de editais de 833 das 889 (94%).

Na Matola, segundo o Mais Integridade, a Renamo ganhou com 59% dos votos contra 34% da Frelimo, uma margem de 80.000 votos. Os resultados, por ordem de boletim de voto, para estas 791 mesas são: MDM 18,570 (5.7% dos votos válidos), Renamo 190,159 (58.9%), e Frelimo 110,337 (34.2%).

Enquanto isso, em Quelimane os observadores confirmam também a vitória da Renamo que terá obtido 34 542 votos, correspondentes a 51% dos votos, contra 28 483 que dão 40% à Frelimo, uma diferença de 6 059 votos.

Presidente da CDE de Chókwè submete sozinha recurso ao CC sem deliberação dos membros

Na sequência da decisão do Tribunal Distrital de Chókwè, na província de Gaza, que deu provimento do recurso da Nova Democracia, ordenando a anulação dos resultados e a repetição das eleições autárquicas, a presidente da Comissão Distrital de Eleições (CDE), Rosa Ananias Monjane Zavale, decidiu unilateralmente submeter um recurso ao Conselho Constitucional, sem que tenha havido uma plenária e deliberação do órgão a respeito. Os restantes membros do órgão agora questionam a sua legitimidade para tomar decisões sem que o órgão tenha se reunido em plenária para deliberar.

Ao que Evidências apurou, o recurso, cuja legalidade agora é posta em causa por ser questionável a legitimidade da presidente sozinha decidir em nome de um órgão colegial, deu entrada na passada quinta-feira, mas a situação está a deixar agastados os outros membros da CDE que até esta segunda não sabiam da existência daquele acto jurídico.

Embora sejam conhecidas as suas ligações com o partido Frelimo, que ganhou as eleições no meio de suspeições, os membros da CDE em Chókwè dizem não perceber qual é o interesse particular da presidente da CDE, pois entendem que um árbitro quan-

do ajuíza uma partida de futebol deve ser neutro e deixar que as equipas em campo joguem e se possível recorram à FIFA para repor a verdade em campo.

Refira-se que este comportamento não é exclusivo de Rosa Zavale, pois na Matola a presidente da Comissão Eleitoral daquela Cidade, também decidiu recorrer da decisão do tribunal usando o nome da instituição, sem que também tenha havido uma deliberação do órgão. Por essa razão, os membros de órgão também recorrem ao Conselho Constitucional para que os actos praticados em seu nome sejam considerados nulos.

Salema defende que Conselho Constitucional deve fazer peritagem ao processo

O jornalista e jurista Ericino de Salema observa que, pela magnitude de ilícitos eleitorais que estão a ser evidenciados, o Conselho Constitucional deve efectuar uma peritagem ao processo para melhor tomada de decisão. No que respeita à reprovação da contestação da Renamo em Vilankulo. De Salema explica que não é obrigatória a impugnação prévia.



Académico aponta cumplicidade da comunidade internacional na fraude

“Renamo saiu mais fortalecida das VI Eleições Autárquicas” – Sérgio Chichava

“A Frelimo sai fragilizada e nessas eleições perdeu muito do seu prestígio”

“Não é que a Renamo ficou forte de um dia para o outro, a Frelimo é que não faz nada”

“As pessoas querem punir a Frelimo e a Renamo é o tubo de escape das pessoas”

Os resultados tornados públicos pelas Comissões Distritais de eleições indicam que a Frelimo venceu em 64 dos 65 municípios, uma vitória que é contestada pela Renamo, que denuncia fraude, ao mesmo tempo que reclama vitória em pelo menos 17 autarquias. Apesar do que dizem os dados oficiais, o analista e pesquisador Sérgio Chichava considera que o partido liderado por Ossufo Momade saiu mais reforçado e não tem dúvidas que foi roubado no grosso dos municípios. Para o académico, a Frelimo é que sai com a imagem muito fragilizada. Por outro lado, Chichava aponta que o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) é um partido de bairro, que se limita apenas a lutar pelo município da Beira.

Duarte Siteo

Baseando-se nos ilícitos eleitorais e no nível de contestações que foram reportados um pouco por todo o país, o analista e pesquisador Sérgio Chichava entende que a Renamo é que saiu mais reforçada em relação a Frelimo nas eleições de 11 de Outubro passado.

Não é que a Renamo ficou forte de um dia para o outro ou que as pessoas passaram a se simpatizar com a Renamo. A Frelimo é que não fez nada e tudo que está a acontecer é culpa da Frelimo. A Frelimo não está a fazer nada para justificar essa tal vitória esmagadora.

“Embora os resultados preliminares indiquem que Freli-

mo é maior vencedora do escrutínio, a Renamo é que sai mais reforçada porque a ideia que existe é que nestas eleições a Renamo foi roubada. A Frelimo sai muito a perder nessas eleições, pois mesmo que os resultados definitivos digam que ganhou, do ponto de vista da imagem sai muito fragilizada. É um partido que numa eleição perdeu muito do seu prestígio. Nas outras eleições foram reportados casos de fraude, mas desta vez a amplitude da fraude foi maior e não é possível esconder, pois as pessoas estavam atentas”, sublinhou.

Numa altura em que a Renamo está aparentemente aos poucos a substituir a Frelimo, como partido das massas a contar pela moldura humana espontânea que segue as caravanas da Renamo, Chichava desmistifica a aparente popularidade da perdiz defendendo que é por culpa própria da Frelimo.

“Não é que a Renamo ficou forte de um dia para o outro ou que as pessoas passaram a simpatizar com a Renamo. A Frelimo é que não fez nada e tudo que está a acontecer é culpa da Frelimo. A Frelimo não está a fazer nada para justificar essa tal vitória esmagadora”, declarou.

Quando se caminha a passos largos das eleições gerais, Chichava prefere não se em-



polgar com a aparente boa fase da Renamo, observando que o maior partido da oposição ainda não mostrou os porquês de ser uma verdadeira alternativa à Frelimo.

“A Renamo sai reforçada no sentido de que foi um partido vítima do roubo, ao contrário da Frelimo, porque criou-se a ideia de que ganhou por via do roubo, mas francamente a Renamo ainda não me convenceu de que pode nas próximas eleições por si só ser alternativa à Frelimo. Se a Renamo for um adversário difícil de bater nas próximas eleições não será por mérito próprio, mas sim porque as pessoas querem castigar a Frelimo. A Renamo está posicionada para ser um tubo de escape das pessoas”, disse.

“As pessoas estão fartas ... é um erro a Frelimo tentar ganhar tudo à força”

Vincando que a Frelimo ganhou porque roubou, Chichava aponta baterias para os actuais dirigentes da CNE e STAE, que, no seu entender, não têm legitimidade para continuar.

“As eleições servem para legitimar. As pessoas estão fartas, acho que é um erro a

Frelimo tentar ganhar tudo à força. Não é uma atitude de um partido maduro. Este apoio que a Renamo teve surpreendeu a própria a Renamo, porque não esperava ter muito apoio, sobretudo na Cidade de Maputo, e a Frelimo está surpresa porque achava que fosse passear a classe”, salienta.

Chichava vai mais longe observando que, apesar da boa fase e resultados históricos obtidos este ano, a Renamo precisa de uma alternativa ao nível do topo para ombrear com a Frelimo nas próximas eleições gerais.

“Não tenho nada contra Ossufo Momade, mas é preciso que a Renamo tenha alguém capaz de galvanizar o eleitorado. Essa eleição vai ser difícil, tanto para a Renamo assim como para Frelimo. É preciso que a Renamo apresente um candidato que possa atrair maior e mais apoio, se isso acontecer podemos ter eleições competitivas. A Frelimo tem presença em todo o país e controla tudo, e a Renamo não tem essa capacidade. É preciso que a Renamo se organize seriamente e controle o processo de votação seriamente”, destaca.

Tal como aconteceu em 2018, nas V eleições Autárquicas, o Movimento Democrático de Moçambique alcançou um triunfo inequívoco na Cidade da Beira. No entanto, Sérgio Chichava refere que o partido liderado por Lutero Simango perdeu ambição.

“O MDM não é nada, é um partido de bairro. Eles não têm ambição de ser um partido nacional. Eles têm ambição de ser um partido beirense. Basta ganhar na Beira, estão satisfeitos. São a terceira força política porque controlam a Beira”, analisou.

Nas entrelinhas, o analista e pesquisador referiu que a comunidade internacional tem sido cúmplice dos ilícitos eleitorais em Moçambique.

“As queixas de fraude têm a cumplicidade da comunidade internacional. Quando é que a comunidade internacional foi contundente para que órgãos de administração eleitoral realizassem eleições transparentes? No dia que quiser que em Moçambique haja eleições credíveis, a comunidade internacional vai exigir. A comunidade internacional faz muito pouco para que Moçambique tenha eleições transparentes”, conclui.

Registro: 011/GABINFO-DEP/2020

**DIRECÇÃO | REDACÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO**

Avenida 24 de Julho; nº 4318; 1º andar
esquerdo; Cidade de Maputo

DIRECTOR EDITORIAL:

Nelson Mucandze | 84 6198544 |
mucandze@evidencias.co.mz

EDITOR:

Reginaldo Tchambule | 828683866 |
r.tchambule@evidencias.co.mz

ADMINISTRAÇÃO:

Ângela Fortunato
| admin@evidencias.co.mz
Contacto: +258 840401038 |

COMERCIAL:

| comercial@evidencias.co.mz
Contacto: +258 856469447 |

REDACÇÃO

Email: redacao@evidências.co.mz

JORNALISTAS: Duarte Siteo,
Renato Cau e Aldo Matsinhe |

REVISOR: Wells Matsinhe |

EXPANSÃO:

Edmilson Mate Cell: 847574905 |

CORRESPONDENTES: **Beira** - Jossias
Sixpence | **Nampula** – Francisco Máquina,
Pemba - Adolfo Manuel

COLUNISTAS EFECTIVOS: Luca Bussotti,
Estevão Chavisso, Felisberto Botão,
Alexandre Chiúre, Teodósio Camilo

Propriedade de:



Lúrio Comunicação Lda

Numero de Registro de Entidade
Legais: 101353478

A real dimensão da derrota da Frelimo e a exposição da máfia que assaltou o Estado

Uma organização e duas figuras fluentes apareceram, semana passada, para dar um clarão da dimensão fraudulenta das sextas eleições autárquicas. A nível institucional, destaca-se a Ordem dos Advogados que fez entender que não estamos diante de ilícitos eleitorais isolados, mas estamos a ver efeitos de “uma concertação prévia para viciar os resultados eleitorais”. Junta-se o jurista Damião Cumbana que, em coro assinala que o nível de irregularidades que caracterizaram o processo eleitoral, desde o recenseamento até a votação, leva a concluir que “a actual crise dos resultados eleitorais foi propositadamente preparada numa escola de máfias e de mafiosos que abrangeu todo o território nacional. Não se está em sede de irregularidades isoladas”.

Os eventos da Matola, Maputo e demais pontos do país não deixam dúvidas de quão as instituições do Estado, desde juízes, CNE, a polícia e outros actores, públicos e privados, foram colocados a serviço desta máfia, expondo a institucionalização de crime, da fraude e do gangsterismo, que antes limitava-se no sector empresarial do Estado. A máfia está a exhibir a sua força, a moda Hollywood, com indivíduos armados a solto, intimidando e forçando a oposição a assinar documentos (caso da Matola) que favorecem a Frelimo e com os tribunais a anuir, enquanto a polícia nos entretêm na discussão de números anunciados por Samito, como se uma morte fosse menos importante que quatro mortes provocadas pelas balas da mesma polícia.

Esta é a máfia que se apoderou do Estado e que agora tenta sobrevivência, mesmo depois de reprovado nas urnas. A arrogância de insistir em meios fraudulentos mostram claramente a intenção de instalar o caos, subverter os princí-

pios do Estado Democrático e perpetuar a ditadura. É uma máfia que conseguiu montar a Frelimo a sua imagem e, apesar de ter controlado o país nos últimos cinco anos, encontra resistência dos moçambicanos para perpetuar o regime autocrático instalado, e a Frelimo é agora obrigada a reinventar-se antes que a Renamo fidelize o voto de contestação ao Executivo que a nível internacional deixou o país ser conhecido como o país dos ladrões. E a Frelimo não tem outros caminhos senão estes dois: ou expurgar os criminosos ou morrer com eles.

A Renamo está a ser agitada para comprar este caos que pode ser outra tentativa de manutenção de poder deste grupo. Mas Ossufo Momade, que não tem muito de inteligência política, tem mostrado também que não tem muito de ignorância. É que mesmo consciente da possibilidade da vitória em mais municípios, reivindica vitória em municípios estratégicos e fáceis de provar a vitória recorrendo a meios pacíficos. E a estratégia pode estar relacionada com as próprias limitações da logística da nossa oposição.

Em todo esse meio, com uma Frelimo que esconde a derrota na prepotência incompreensível, existe no mesmo partido pessoas sérias que entendem que a máfia está mais para o Governo, e que a Frelimo está a ser vítima de má prestação de um governo de mafiosos, é o que faz entender a carta de Samora Machel Jr. Certo ou errado, é urgente o resgate do Estado e da própria Frelimo, para que nas próximas eleições não existam riscos de ter gestores públicos como os cabeças-de-listas de Maracuene e de Vilanculos, que apesar de credenciais reconhecidos foram vítimas da má prestação do Executivo que agora é também cara da Frelimo.

Governo ordena abate de mais de 45 mil galinhas em Morrumbene

O Governo ordenou, na última semana, o abate e enterro de mais de 45 mil galinhas de poedeiras, no distrito de Morrumbene, província de Inhambane. Segundo explicou o director Nacional do Desenvolvimento Pecuário, Américo da Conceição, trata-se de aves infectadas pelo vírus da gripe aviária, que eclodiu na vizinha África do Sul e outras, que estiveram em contacto com as contaminadas.



Na área de agricultura, saúde mental e educação

Aumentou em 30% o número de mulheres na investigação científica no país

O Fundo Nacional de Investigação (FNI) olha com bastante optimismo ao cada vez mais crescente envolvimento da mulher na investigação e produção científica. Só para se ter uma ideia, nos últimos dois anos, o país registou um aumento de 30% de mulheres no sector de investigação científica nas áreas de agricultura, saúde mental e educação.

Teresa Simango

A informação foi partilhada por Florêncio Maulano, director-geral adjunto do FNI, que explica que o aumento de mulheres na investigação científica tem trazido resultados satisfatórios, pois contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

“O maior desafio é continuar a incentivar os financiadores, através de iniciativas de investigação e projectos inovadores, para que os nossos investigadores tenham acesso a financiamento para o desenvolvimento de pesquisas que possam impactar no desenvolvimento do país”, disse.

Mesmo assim, os trabalhos

de investigação dos pesquisadores financiados pelo FNI têm trazido resultados positivos para o desenvolvimento das comunidades

“Temos investigadores em quase todo o país e os resultados apresentados já impactam em inovações que têm contribuído no desenvolvimento económico e social, principalmente nas comunidades”, finalizou.

Já Maria Eduardo, directora do curso de mestrado em engenharia de processamento de hidrocarbonetos na Universidade Eduardo Mondlane, explica que o número de mulheres que aderem à área



de engenharia em detrimento dos homens no país ainda é reduzido e consequentemente o país continua com poucas investigadoras nesta área.

“O número de mulheres que apostam na investigação científica e na acessibilidade no acesso ao ensino em Moçambique é reduzido, em relação ao dos homens. As mulheres devem ser persistentes por forma a alcançar os seus objectivos, pois não existe nada que as mulheres não possam fazer”, salientou.

“Moçambique é um país que precisa de resultados para poder se desenvolver, princi-

palmente nas comunidades, pois elas passam por muitos desafios. Existem muitas culturas com benefício nutricional que podem alimentar as famílias e é preciso fazer a transferência destas tecnologias que estão sendo divulgadas através deste seminário para que as comunidades possam usufruir dos benefícios destas investigações”, acrescentou.

Por seu turno, Uranio Mahanjane, docente da universidade pedagógica de Maputo e coordenador do núcleo de pesquisa em Electrónica e Energias Renováveis, explica

os benefícios obtidos com o financiamento do FNI.

“O núcleo teve um grande crescimento. Na base do apoio dos fundos do FNI conseguimos realizar uma série de projectos relacionados com energias renováveis, que consiste no desenvolvimento de geradores fotovoltaicos para produzir energias para professores lecionarem nas zonas recônditas, onde não há energia eléctrica”, salientou.

Igualmente, o fundo permitiu desenvolver projectos para o desenvolvimento de agricultura sustentável.

“Instalamos um centro de pesquisa de cada agricultura com sistemas fotovoltaicos de irrigação. As comunidades já vêm aprendendo várias técnicas de produção sustentável de alimentos, que consiste em produzir não utilizando produtos tóxicos de adubação e sistema de irrigação baseado em painéis solares/sistemas fotovoltaicos”, conclui.

Trabalhadores informais interessados no sistema de segurança social na província de Maputo

Muitos trabalhadores informais da Província de Maputo manifestaram interesse em fazer parte do sistema de segurança social, gerido pelo INSS, de forma a garantir o seu futuro social e dos seus dependentes, assim como usufruir dos benefícios oferecidos pelo sistema, enquanto estiverem no activo, profissionalmente.

A constatação foi feita durante a campanha de inscrição massiva de trabalhadores por conta própria (TCP) e agentes do Estado, que decorreu de Abril a Setembro de 2023, em todo o país, que surgiu em cumprimento da estratégia governamental em matéria de protecção social, que é de levar mais cidadãos economicamente activos e que produzem a sua renda para o sistema, como forma de combater a pobreza e a indigência, através da canalização de contribuições, tendo em conta o seu futuro, bem como

o presente, uma vez que o sistema tem já previsto benefícios para o trabalhador inscrito, desde que tenha a sua situação contributiva regular, nomeadamente o subsídio por doença, de funeral, de maternidade, entre outros.

Durante a campanha, quadros da delegação provincial do INSS em Maputo, juntamente com as suas delegações distritais, nomeadamente de Magude, Manhiça, Namaacha, Marracuene, Machava, Boane, Moamba e Matutuine, realizaram actividades de divulgação

do sistema nas línguas portuguesa e changana, através de palestras e road shows, nos locais de maior aglomeração populacional, casos de mercados, ruas e machambas, com vista a convencer os trabalhadores informais a aderirem ao sistema de segurança social obrigatória, como forma de prepararem o seu futuro e dos seus dependentes, assim como beneficiar das prestações que o sistema oferece.

A campanha de sensibilização terminada em Setembro passado inscreveu, como resultado, cerca de 750 trabalhadores por conta própria, em toda a província de Maputo.

Até Junho de 2023, a província de Maputo contava com 5.440 trabalhadores informais inscritos no regime de trabalhadores por conta própria, dos quais 1.172 pagavam as suas contribuições regularmente. O



INSS tem estado a redobrar esforços na sensibilização e consciencialização deste grupo sócio-económico, no sentido de, não bastando a sua inscrição, mas, precisamente, devem pagar as suas contribuições de forma regular, porque esta é a via para ter acesso ou o direito a tais benefícios oferecidos pelo sistema.

O INSS criou facilidades de pagamento de contribuições, para todos os abrangidos por

este sistema, incluindo os trabalhadores domésticos, através de plataformas diversificadas e os serviços bancários, como é o caso dos pagamentos via M-Pesa, IZI, Internet Banking, Top-UP, entre outros, que permitem que, mesmo se encontrando no seu posto de trabalho, o empregado doméstico, ou outro, possa fazer o pagamento da sua contribuição ao sistema, sem se deslocar aos balcões do INSS ou do banco.

Renamo e MDM boicotam arranque dos trabalhos da VIII Ordinária da AR

Em protesto com as irregularidades e fraudes verificadas nas VI Eleições Autárquicas, realizadas no dia 11 de Outubro em curso, a Renamo e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) boicotaram o arranque dos trabalhos da oitava sessão ordinária da Assembleia da República de Moçambique. Os deputados de ambos partidos tinham anunciado que não se fariam presentes hoje em protesto contra o processo eleitoral.



POLÍTICA

EVIDÊNCIAS

24 DE OUTUBRO DE 2023

9

Continua ping-pong entre Privinvest e PGR, com nome do PR no meio

Privinvest denuncia tentativa de encobrir Nyusi no julgamento das dívidas ocultas em Londres

Moçambique exige mais de três mil milhões de dólares em indemnização

No seguimento do julgamento das dívidas ocultas no Tribunal Comercial de Londres iniciado semana finda, a Privinvest acusou os advogados contratados pela Procuradoria-Geral da República para defender o Governo moçambicano naquele processo de fazerem desaparecer evidências sobre o envolvimento do actual Presidente da República, Filipe Nyusi, na contratação das dívidas ocultas, naquele que é um revés depois de a construtora naval ter admitido prescindir do depoimento de Nyusi. No entanto, a exigência de Moçambique de pouco mais de 3.1 mil milhões de dólares parece ter enfurecido a Privinvest, que volta a arrastar o mais alto magistrado da nação para a lama.

Duncan Matthews, chefe da equipa de mandatários judiciais da empresa libanesa e do seu proprietário, Iskandar Safa, disse, semana passada, perante ao Tribunal que os advogados da PGR comportam-se como Harry Potter (referência a uma personagem de um filme de magia), uma vez que estão a fazer de tudo para que o nome do alto magistrado da nação moçambicana, Filipe Nyusi, desapareça do processo em que era inicialmente acusado de ter recebido subornos.

Prosseguindo, Matthews referiu que o nome do Chefe de

Estado, que invocou imunidade diplomática para recusar prestar informações, foi “simplesmente apagado do processo”.

De referir que a nova reacção da Privinvest, que mostra algum recuo da sua intenção de não envolver Nyusi no processo, acontece dias depois do Estado moçambicano ter exigido indemnização de 3,1 mil milhões dólares a Privinvest e o seu proprietário, a quem acusa de ter subornado funcionários públicos para aprovarem contratos e o financiamento de empréstimos de três empresas estatais, nomeadamente Proindicus,



EMATUM e MAM.

O valor foi revelado durante o início do julgamento, atrasado após o acordo alcançado há duas semanas com o banco Credit Suisse e outros bancos envolvidos no processo, escreve a agência Lusa.

O advogado da Procuradoria-Geral da República (PGR) de Moçambique, que representa o Estado neste caso, Joe Smouha, salientou a “escala e velocidade chocantes” da fraude e corrupção cometidos.

A Privinvest é acusada de subornar funcionários públicos, em particular o antigo ministro das Finanças, Manuel Chang, para

aprovarem contratos e o financiamento de empréstimos de três empresas estatais (Proindicus, EMATUM e MAM) para a compra de barcos de pesca e equipamento de segurança marítima à Privinvest.

A empresa e Iskandar Safa são também acusados por Moçambique de subornarem funcionários dos bancos Credit Suisse e VTB para facilitarem as transacções. O empresário franco-libanês e o grupo naval negam ambos terem cometido actos de corrupção.

Os 3,1 mil milhões de dólares que Moçambique exige à Privinvest incluem 700 milhões de dóla-

res de custos e juros com as dívidas incorridas pelos empréstimos, 1,4 mil milhões de dólares que o Estado moçambicano deve a detentores de obrigações e cupões em títulos de dívida externa, e 136 milhões de dólares de subornos pagos a funcionários públicos.

O restante é uma estimativa dos lucros que a Privinvest obteve na sequência das receitas de 1,8 mil milhões de dólares com os contratos.

Moçambique já tinha anunciado antes que não iria manter o pedido de compensação por “perdas macroeconómicas” resultantes da suspensão de apoios internacionais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros doadores.

O julgamento, venceu Smouha, dá “finalmente voz ao povo de Moçambique”, país “sobrecarregado com pobreza e dívida”. O advogado criticou também os bancos envolvidos por tentarem obter “ganhos comerciais rápidos à custa da população e fechando os olhos ao que era óbvio a qualquer banqueiro”.

PUBLICIDADE

O QUE É OPERADOR POSTAL?

Designa-se Operador Postal toda entidade que faz o recebimento, expedição, transporte e entrega de objectos postais (correspondência e encomendas).

Segundo a Lei Postal (Lei nº 1/2016, de 7 de Janeiro) estas entidades são licenciadas pela Autoridade Reguladora das Comunicações – INCM.

Ser uma entidade devidamente licenciada confere ao Operador Postal...

Porquê licenciar?

Credibilidade
Protecção legal
Acesso à informação
Espaço para desenvolvimento de parcerias comerciais, para atender às necessidades dos clientes.

Das acções do Regulador nos Serviços Postais destaca-se:

Qual é o papel do INCM na Regulação dos Serviços Postais?

- Regular, supervisionar e fiscalizar os Serviços Postais;
- Atribuir, renovar e alterar licenças, para o estabelecimento e exploração dos Serviços

Postais, em regime de concorrência;

- Promover a qualidade de Serviços Postais, tendo em conta o interesse e o desenvolvimento tecnológico e sócio-económico;
- Promover uma concorrência leal e sustentável entre as entidades operadoras de Serviços Postais;
- Recolher e sistematizar os dados estatísticos sobre todas as actividades desenvolvidas pelos operadores de Serviços Postais licenciados;
- Elaborar e propor regulamentos nos termos da presente Lei nº 1/2016, de 7 de Janeiro.

Em relação ao consumidor, dentre vários aspectos, o Operador deve:

- Oferecer serviços de qualidade;
- Informar sobre os prazos de entregas;
- Publicitar e fornecer regularmente informação detalhada sobre as características dos serviços e tarifas praticadas;
- Responder devidamente às reclamações dos consumidores.

Deveres do Operador Postal em relação ao consumidor.

“Ao agir de forma legal e responsável, o operador contribui para o fortalecimento do sector postal, progresso do país e para a satisfação dos clientes”



Reitor da UCM defende que academia deve apoiar na renúncia à violência

O reitor da Universidade Católica de Moçambique, padre Filipe Sungo, defende que o país precisa de avançar para a estabilidade pós-eleições autárquicas e convida a academia a encorajar o diálogo para evitar a escalada de violência. Sungo falou na Zambézia, durante a cerimónia de graduação do Instituto de Ensino à Distância.



Diz que Moçambique já não cumpre preceitos da democracia, um dos requisitos

Manuel de Araújo pressiona americanos a congelarem USD 500 milhões do MCC

Em Junho do corrente ano, o conselho de administração da Millennium Challenge Corporation (MCC), agência de apoio externo norte-americana, aprovou o programa de 500 milhões de dólares para o Pacto de Conectividade e Resiliência Costeira de Moçambique. O programa que será implementado na província da Zambézia, no entanto, na ressaca das VI Eleições Autárquicas, o cabeça-de-lista da Renamo em Quelimane, Manuel de Araújo, viajou aos Estados Unidos para contactar instituições relevantes com vista a se posicionarem em relação à fraude eleitoral em curso, que mina a democracia do país. Uma das instituições visadas é o MCC, a quem Araújo tenta convencer a não desembolsar o dinheiro, pois o país não é mais elegível para receber o fundo, "visto que não cumpre com os preceitos democráticos".

Duarte Siteo

Os 500 milhões que devem ser desembolsados pela Millennium Challenge Corporation (MCC) vão incidir no desenvolvimento da província da Zambézia, sendo que a agência americana de apoio externo reitera a aposta em enfrentar directamente as restrições ao crescimento económico através de soluções inovadoras.

"Em Moçambique, estamos a implementar o pacto climático mais avançado da MCC,

uma combinação de infra-estrutura de transporte resiliente, oportunidades de economia verde e azul e reformas políticas e institucionais para permitir um crescimento mais eficaz e de longo prazo", diz a nota da agência divulgada no seu portal Millennium Challenge Corporation (MCC).

No entanto, o actual edil de Quelimane e cabeça-de-lista da Renamo nas VI eleições Autárquicas foi, semana finda, aos



Estados Unidos para tentar pressionar as autoridades americanas para que Moçambique não receba os 500 milhões de dólares, porque não observa os preceitos eleitorais.

Para sustentar a sua tese, Manuel de Araújo aponta para a votação que teve lugar no dia 11 de Outubro corrente, reite-

rando que foi a mais fraudulenta da história da democracia moçambicana.

"Agora, trazemos o assunto naquela que é a capital política do mundo. Queremos trazer o que está a acontecer em Moçambique para os fóruns internacionais numa altura em que Moçambique tem um

assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Aliás, o Millennium Challenge Corporation acaba de aprovar um pacote de 500 milhões para a província da Zambézia e uma das condições é que o Governo deve respeitar os preceitos democráticos. A pergunta é: será que o Governo respeita? Deve responder aos americanos porque aquele dinheiro é dos eleitores e cidadãos americanos. Os países são elegíveis se cumprirem com os preceitos democráticos, e Moçambique não está a cumprir", declarou Araújo numa entrevista concedida à Voz de América.

Importa referir que o Presidente da República, Filipe Nyusi, quando da assinatura do memorando com a MCC, exigiu rigor e transparência na aplicação dos 500 milhões de dólares do financiamento dos Estados Unidos da América (EUA) para o projecto de conectividade e resiliência costeira na província de Zambézia.

Corporação é acusada de ter facilitado enchimento de urnas

PRM desmente perseguição, mas confirma detenção de membros do MDM

Membros do MDM dizem que a polícia entrou na sede e roubou actas e editais

Reina um ambiente de cortar à faca entre a Polícia da República de Moçambique (PRM) e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) em Dondo, província de Sofala. Os membros do MDM acusam os agentes da lei e ordem de terem facilitado o enchimento de urnas para favorecer a Frelimo na votação que teve lugar no dia 11 do corrente mês de Outubro, visto que invadiram a sede do partido liderado por Lutero Simango para roubar actas e editais. Na sua versão dos factos, a PRM refutou todas as acusações e referiu que deteve os membros e simpatizantes do MDM porque os mesmos colocaram em causa a ordem e tranquilidade pública, visto que estavam a festejar a vitória das VI Eleições Autárquicas em grupinhos.

Jossias Sixpence – Beira

De acordo com o delegado provincial do Movimento Democrático de Moçambique na Cidade da Beira, Marcelino Manahasso, mais de 20 membros da terceira maior força política do país foram detidos

durante o corrente processo eleitoral por terem despoletado um esquema de enchimento de urnas para favorecer a Frelimo.

Manahasso refere que a Polícia da República de Moçambique recebeu ordens superio-

res para ameaçar os delegados de candidatura dos partidos da oposição que contestavam a postura do presidente da Mesa da Assembleia de Voto.

Por entender que houve ilícitos eleitorais que favoreceram o partido no poder naquela autarquia, os membros do MDM saíram à rua para contestar os resultados anunciados pela Comissão Distrital de Eleições, mas a PRM lançou gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes e invadiu a sede distrital do partido liderado por Lutero Simango para levar actas e editais que provam que houve ilícitos que favoreceram a Frelimo, antes de deter mais de uma dezena de membros do MDM.

Na sua versão dos factos, a Polícia da República de Moçambique ao nível da província de Sofala, na voz do seu porta-voz, Dércio Chacate, referiu que os membros do Movimento Democrático de Moçambique colocaram barricadas na via pública e lançaram objectos contundentes contra indivíduos que estavam a circular na via pública.

"E em função desta reivindicação, colocaram barricadas ao longo da via pública, arremessam objectos contundentes contra indivíduos que faziam o seu trajecto normal, Beira-Dondo e Dondo-Beira, portanto, num dia normal, e porque nada nos cabia senão efectivamente dissuadir aquela

reunião, naturalmente ficaram detidas 11 pessoas, as quais encontram-se no distrito de Dondo, e seus processos já foram legalmente transitados a procuradoria", frisou.

Ainda na sua intervenção, Chacate desmentiu a suposta onda de perseguição aos membros e simpatizantes daquele partido, tendo referido que a polícia é apartidária.

"Não é verdade que a polícia esteja a perseguir qualquer indivíduo que seja, os que estão detidos foi em função de uma acção criminal que estes comentaram no dia 11, portanto não há nenhuma entidade que esteja a ser perseguida pela PRM. A nossa polícia é apartidária", afirmou.

Muçulmanos pedem transparência e credibilidade

O Presidente da Comunidade Mahometana de Moçambique exorta os órgãos eleitorais a serem mais transparentes e credíveis na divulgação dos resultados das eleições autárquicas. Salim Omar apela, também, para a paz nas marchas de contestação dos dados intermédios das autárquicas.



Suspeita de apadrinhamento a uma construção ilegal

Tribunal continua sem marcar julgamento dando espaço para Camel Oil terminar sua obra

MIREME e assessoria do procurador-geral adjunto de “mãos atadas”

Como referimos na nossa edição anterior, paira no ar uma névoa de suspeição sobre a actuação do judiciário na tramitação do processo que envolve a construção ilegal do posto de abastecimento de combustíveis da Camel Oil, na estrada circular, no Nó de Tchumene, Bairro Matola – Gare, e tudo indica que há um conluio traçado pela Procuradoria Distrital da Machava e o Tribunal Judicial do Distrito da Machava para atrasar o julgamento do caso de desobediência que está sendo cometido pela Camel Oil desde o ano de 2022, sob olhar cúmplice, sereno e impávido das instituições da justiça.

Ao que parece, a saga segue. A Camel Oil continua a construção do seu posto de abastecimento de combustíveis mesmo com decisão da 11.ª Secção do Tribunal Judicial da Província de Maputo, que proibia tal acto.

Na sequência do que trouxemos a lume ao leitor na edição passada, apesar das contradições entre a Procuradoria Provincial e Distrital, apuramos que os autos do crime de desobediência foram remetidos ao Tribunal do Distrito da Machava no dia 14 de Setembro de 2023, para o devido julgamento, o qual corre seus termos na 1.ª Secção sob processo n.º 1201/23.

Inversamente, desde o dia

14 de Setembro de 2023, até ao fecho da nossa edição, o Tribunal da Machava ainda não tinha marcado a data de julgamento mesmo sabendo que estamos em face dum processo sumaríssimo, que obriga o tribunal a marcar logo a data de julgamento e o mesmo deveria realizar-se no prazo de 15 dias, conforme orienta o número 1, do artigo 433 do Código de Processo Penal.

O Tribunal da Machava, de forma intencional e deliberada e com vista a favorecer a Camel Oil, ainda não marcou a data de julgamento com o propósito de permitir que a Camel Oil conclua a construção do seu posto de abastecimento de combustí-



veis antes do julgamento.

MIREME e assessoria do procurador-geral adjunto de “mãos atadas”

Joaquim Moamba, parte interessada neste dossier, submeteu junto do Tribunal Administrativo a providência cautelar para impedir que o MIREME atribua a licença definitiva a Camel Oil, enquanto o tribunal não decidir quem tem o direito de construir o posto de abastecimento de combustíveis naquele local.

As providências cautelares são de carácter urgente, mas a assessoria do Procurador-Geral Adjunto afecto ao Tribunal Administrativo tem o processo nas suas gavetas há seis meses, ou seja, com o propósito de permitir que a Camel Oil, de origem tanzaniana, conclua a obra ilegalmente para depois o MIREME atribuir-lhe a licença de comercialização como se não soubessem das ilegalidades existentes ainda que já submetidas àquela entidade.

De resto, a disputa entre Joaquim Moamba, que também submeteu um expediente de pedido de licença

de construção de bombas, encravado algures no MIREME, e a Camel Oil chegou às mãos do então Ministro de Recursos Minerais e Energia, Max Tonela, no dia 05 de Outubro de 2020, por via de Recurso Hierárquico, uma

2020, ordenou a realização de vistoria e a recolha das supostas autorizações para a Camel Oil construir o posto de abastecimento. A Inspeção Geral dos Recursos Minerais e Energia realizou as necessárias averiguações,



vez que o primeiro não concordava com as explicações dadas pelo Director Nacional de Hidrocarbonetos e Combustíveis para não lhe atribuir o parecer de viabilidade e beneficiar ilegalmente a Camel Oil.

Max Tonela, por despacho de 11 de Novembro de

tendo concluído que a Camel Oil não tinha nenhuma autorização do MIREME para construir o posto de abastecimento e que a planta topográfica que submeteram era do talhão 60 em Tchumene 3, contrastando com toda a documentação submetida pela Camel Oil.



Mazula diz que CNE e STAE estão com credibilidade abaixo de zero

Em entrevista à STV, o académico e antigo presidente da Comissão Nacional de Eleições, Brazão Mazula, não tem dúvidas que a desorganização que foi tónica no dia da votação nas VI Eleições Autárquicas foi premeditada. Mazula, que adiantou que podem existir círculos que decidem eleições fora da Comissão Nacional de Eleições e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, referiu que a CNE e o STAE estão com a credibilidade abaixo de zero por aquilo que aconteceu um pouco por todo país no dia da votação.



Moradores de Nkomazi protestam contra os índices de criminalidade

Os residentes de Nkomazi, em Mpumalanga, marcharam pacificamente, na última semana, até o Porto de entrada de Lebombo para entregar uma petição que visa denunciar e mostrar o agastamento contra a onda de crimes que têm acontecido naquele ponto. Os moradores alegam que a criminalidade, que inclui assassinatos, sequestros e roubos, aumentou na área e dizem estar tudo ligado à entrada massiva de imigrantes ilegais e indocumentados de Moçambique pela fronteira (de Lebombo).



Dom Carlos Matsinhe cada vez mais isolado

Observadores apontam dedo à CNE pela pior fraude da história e pedem demissão de Matsinhe

Bispos Católicos instam CNE para não ter medo de rever os resultados da votação

OAM e CNH dizem que Matsinhe já não está em condições de continuar a dirigir a CNE

Parlamentares portugueses preocupados com a situação em Moçambique

Um ano que antecede o de celebração dos 30 anos desde a realização das primeiras eleições multipartidárias no país, Moçambique vive hoje um momento caótico, caracterizado por manifestações em quase todas as autarquias, na sequência daquelas que são agora tidas como as eleições mais contestadas de sempre, a contar pelo número de recursos que se encontram a ser dirimidos em tribunais e o parecer de diversas missões de observação, que denunciam irregularidades registadas durante a eleição e contagem de votos. Depois do consórcio Mais Integridade denunciar o que considerou da pior fraude até aqui registada, os Bispos Católicos de Moçambique, através da Conferência Episcopal de Moçambique, demonstraram preocupação em relação a integridade da Comissão Nacional de Eleições (CNE), a quem instaram a não ter medo de rever os resultados da votação, enquanto à Frelimo aconselham a encarar a contestação dos partidos da oposição como parte da democracia. Mas quem esticou a corda é a ordem dos advogados, que entende que Dom Carlos Matsinhe devia renunciar ao cargo, visto que não há condições objectivas para o Bispo da Igreja Anglicana continuar a presidir a CNE.

Duarte Siteo

Os ilícitos eleitorais registados um pouco por todo o país para garantir uma vitória retumbante e esmagadora do partido no poder mancharam as VI Eleições e vários intervenientes que participaram no processo na qualidade de observadores afirmam categoricamente que a Comissão Nacional de Eleições tem culpa

qualidade de observadores, consideram que os ilícitos eleitorais registados no processo têm potencial de gerar uma instabilidade e tensão social no país.

“Acompanhamos o processo e vimos que há elementos alarmantes, desde ilícitos e irregularidades eleitorais, mais graves e menos graves. Essa

o que estamos a ver em todo o país”, disse o arcebispo de Maputo, Dom João Carlos Nunes.

O arcebispo de Maputo disse ainda que os Bispos Católicos olham com bastante preocupação o que tem estado a acontecer no grosso dos municípios depois do anúncio dos resultados, uma vez que, ao seu ver, a incompreensão tende a subir de tom, referindo que o país devia ter tirado ilações dos pleitos eleitorais realizados no passado.

“É neste cenário que acolhemos relatos já desde o momento de campanha, coisas como destruir material doutro. Problemas que vêm de outras eleições que já devíamos ter ultrapassado. Vimos confrontos violentos entre grupos partidários, isso quer dizer que ainda temos dificuldades de aceitar as diferenças. Temos pessoas presas injustamente e excesso de zelo da polícia. Todas essas irregularidades com boletins previamente preenchidos, contagem e resultados pronunciados não estão alinhadas, entre os editais e os números parece que a matemática oscila muito. Olhando para estes cenários, notamos bastante preocupação. Na medida em que se vão divulgando os resultados definitivos parecem que os níveis de incompreensão sobem, mas deviam estar a diminuir”, relatam.

situação gera na sociedade moçambicana um alto grau de desconfiança, isso não ajuda a sociedade como tal e suscita uma situação de instabilidade e de contínua tensão social. É

no cartório. Os Bispos Católicos de Moçambique, que participaram no pleito em que a Frelimo foi considerada vencedora em 64 das 65 autarquias, na



“Não pode parar o país por causa de eleições que não tem credibilidade”

Perante ao actual estágio social e político do país, a Conferência Episcopal de Moçambique exorta aos órgãos da administração eleitoral, sociedade civil, Conselho de Estado e Conselho Constitucional para apostarem no diálogo franco e sincero para resolver diferendos.

Para repor a vontade expressa pelos municípios nas urnas, os Bispos Católicos defendem que a Comissão Nacional de Eleições “deve rever com responsabilidade e justiça todo o processo de apuramento dos resultados” e não ter medo de dar esse passo, visto que garantiria o reflexo da vontade que foi expressa pelos votos.

Os ilícitos eleitorais favoreceram a Frelimo no grosso dos municípios, por isso, na voz do Arcebispo de Maputo de Maputo, os Bispos Católicos apelam ao partido liderado por Filipe Nyusi para não olhar para as reclamações dos partidos da oposição como tentativa de criar

confusão, tendo igualmente os partidos da oposição protestado de forma pacífica de acordo com os princípios consagrados na Constituição da República e os trâmites legais sem violência, tendo igualmente instado as Forças de Defesa para assegurarem o seu papel de protecção ao cidadão, independentemente da sua cor partidária.

“O jogo democrático abre um espaço para as pessoas poderem expressar o seu não agrado, desde que observem naturalmente os ditames da lei e não recorram a outros meios. Devem colocar a viabilidade política e económica do país acima dos interesses partidários que não tornem o país inviável. Não pode parar o país por causa de eleições que não tem credibilidade, você pode vencer, mas não vai convencer, é importante ter em conta outras realidades bem maiores que possam não inviabilizar outras áreas porque o país precisa

de se desenvolver e caminhar”, sublinham.

OAM diz que já não há condições para Matsinhe continuar à frente da CNE

Depois das irregularidades registadas no dia da votação, a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), que também participou no corrente processo eleitoral como

observador, diz que já não há condições objectivas para que Dom Carlos Matsinhe continue no cargo de presidente da Comissão Nacional de Eleições.

“Em face das irregularidades gritantes deste processo, acho que não há condições para o presidente da comissão eleitoral continuar no cargo. Não há condições objectivas, devido ao número de irregularidades e pelo facto de a CNE



não ter tomado uma posição tempestiva em relação a estas eleições. Penso que seria caso de ele renunciar ao mandato”, disse Carlos Martins.

Por entender que houve fraude no grosso dos municípios conquistados pela Frelimo, os partidos da oposição remeteram ofícios aos Tribunais para pedir a anulação do processo. No entender da agremiação que congrega os advogados de Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico, as decisões judiciais que anulam eleições ou mandam repetir a contagem demonstram a independência do judiciário.

“Pelo número de impugnações, pelo número de decisões e sobretudo tendo em conta a dispersão dos casos, revela, de facto, que o processo não foi transparente. Estes tribunais

sofrem menos pressão política. São compostos por juízes de direito e naturalmente que as suas decisões são mais eficazes e, acima de tudo, elas não estão imbuídas de pressão”, declarou Martins, referindo depois que a OAM está a preparar o relatório sobre a observação que fez às eleições autárquicas.

Quem também alinha na ideia de que o homem de Deus emprestado à política deve renunciar ao cargo de presidente da Comissão Nacional de Eleições é a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).

“O número de irregularidades e o facto da CNE não ter tomado posicionamento tempestivo em relação a estas mesmas eleições penso mesmo que devia renunciar ao

mandato”, disse Luís Bitone, presidente da CNDH.

Por outro lado, Bitone referiu que os órgãos da administração eleitoral mostraram uma total incapacidade de gerir o processo em curso.

“Havia momentos que não era admissível no passado, como é que é possível um presidente de mesa negar assinar uma acta e não haver uma reacção imediata dos órgãos de gestão. É sua tarefa e o seu mandato. Há irregularidades que, por exemplo, deviam ser evitadas, como a intervenção das forças de defesa e segurança policiais que carregaram urnas. As urnas nunca devem ir no carro da PRM, senão sob solicitação dos órgãos de gestão, tanto que é a CNE e o STAE”, indicou presidente da CNDH.

Deputados portugueses preocupados com a situação

A actual situação política e social do país preocupa sobremaneira a comunidade internacional. Por temer uma escalada de violência depois do anúncio dos resultados definitivos, os Deputados da Iniciativa Liberal, nomeadamente Rodrigo Saraiva, Bernardo Blanco, Carla Castro, Carlos Guimarães Pinto, Joana Cordeiro, João Cotrim Figueiredo, Patrícia Gilvaz e Rui Rocha, solicitaram uma audiência ao ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Director de Serviços do Departamento da África Subsaariana, João Martins de Carvalho, devendo a mesma ser feita à porta fechada, salvaguardando o nível de classificação ou sensibilidade dos assuntos em questão, por forma a que o governo possa partilhar a informação que tem recolhida dos factos via rede diplomática, e os planos de contingência que possam ter para a população Portuguesa em caso de uma escalada de violência.

“Desta forma, perante a situação cada vez mais grave com que Moçambique se de-

para, e com vista a esclarecer este cenário e as possíveis consequências para o povo Moçambicano e para a grande comunidade Portuguesa no país, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a audição do ministro dos Negócios Estrangeiros e do Director de Serviços do Departamento da África Subsaariana, João Martins de Carvalho, devendo a mesma ser feita à porta fechada, salvaguardando o nível de classificação ou sensibilidade dos assuntos em questão, por forma a que o governo possa partilhar a informação que tem recolhida dos factos via rede diplomática, e os planos de contingência que possam ter para a população Portuguesa em caso de uma escalada de violência”.

“Após a divulgação dos resultados das eleições autárquicas realizadas no passado dia 11 de outubro em Moçambique, foram vários os relatos de irregularidades no processo que levaram candidatos e cidadãos a protestarem os resultados em várias localidades do país e de acordo com vários cidadãos moçambicanos e inúmeros relatos na imprensa, principalmente internacional, onde se inclui a Portuguesa, as forças policiais terão exercido violência sobre manifestantes da oposição que contestam os resultados oficiais da votação, tendo ocorrido tiroteios em Nampula, assim como outros episódios de violência nas Províncias de Zambézia, Sofala e Inhambane”.

violência em Moçambique e para com as irregularidades eleitorais observadas, tendo também destacado as perseguições contra membros dos partidos da oposição.

“Após a divulgação dos resultados das eleições autárquicas realizadas no passado dia 11 de outubro em Moçambique, foram vários os relatos de irregularidades no processo que levaram candidatos e cidadãos a protestarem os resultados em várias localidades do país e de acordo com vários cidadãos moçambicanos e inúmeros relatos na imprensa, principalmente internacional, onde se inclui a Portuguesa, as forças policiais terão exercido violência sobre manifestantes da oposição que contestam os resultados oficiais da votação, tendo ocorrido tiroteios em Nampula, assim como outros episódios de violência nas Províncias de Zambézia, Sofala e Inhambane”.

HCB avança com central fotovoltaica de “grande escala”

A Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) e a Sociedade Financeira Internacional (IFC, grupo Banco Mundial), anunciaram, recentemente, que vão desenvolver a instalação na província de Tete, de uma central fotovoltaica de “grande escala”, com capacidade de até 400 MegaWatts (MW). Esta central fotovoltaica será instalada em Matambo, distrito de Changara.



Nampula e Niassa vão beneficiar de 352 km de estradas

O Governo de Moçambique vai construir e reabilitar cerca de 352 quilómetros de estradas conectoras em seis troços nas províncias de Nampula e Niassa, para facilitar a ligação entre os centros de produção e os centros de comercialização no Corredor de Desenvolvimento de Nacala.

Os troços abrangidos são Namiconha- Iapala, Namialo-Imala, Rapale-Mecuburi, Nampula-Corane, Cuamba-Metarica e Cuamba Insaca, no âmbito do Acordo Institucional do Corredor de Nacala, assinado no passado dia 7 de outubro pelo presidente da república, Filipe Nyusi, e os seus homólogos do Malawi e da Zâmbia, Lazarus Chakwera e Hakainde Hichilema.

A iniciativa enquadra-se no Projecto de Comércio & Conectividade da África Austral(PCCAA), na sua componente de fortalecimento das infra estruturas de transporte para melhorar o

acesso aos mercados.

O acordo assinado pelos três Chefes de Estados visa revitalizar o Corredor de Desenvolvimento de Nacala, introduzindo uma abordagem centrada nos interesses e preocupações dos agentes económicos, assegurando mecanismos integrados para o seu funcionamento, contribuindo assim para o aumento da competitividade e atratividade do Corredor de Nacala.

Para assegurar a prossecução do objectivo central de integração regional, o Presidente da República, Filipe nyusi, avançou estar para breve a criação de um



Secretariado do Comité de Gestão do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, em Tete, o desenvolvimento de sistemas de Tecnologias de Informação e Comunicação para digitalização do comércio, expansão e reabilitação de 5 postos fronteiriços, bem como a sua transformação em postos fronteiriços a de paragem única, desenvolvimento de cadeias de valor através de financiamentos do Fundo Catalítico para a Inovação e

Demonstração e a melhoria da segurança rodoviária.

Refira-se que o Projecto de Comércio & Conectividade, actualmente em implementação em Moçambique e no Malawi, é financiado pelo Grupo Banco Mundial, no valor global de USD 380 Milhões de dólares norte americanos, dos quais 230 para Moçambique e 150 para o Malawi.

EDM retoma a venda de energia à Zâmbia e reforça posicionamento na região

A Electricidade de Moçambique E.P. (EDM) vai retomar a venda de energia eléctrica à Zâmbia, através da sua congénere ZESCO Limited. Para tal, o presidente de Conselho de Administração (PCA) da EDM, Marcelino Alberto, e o director-geral da ZESCO, Victor Mapani, assinaram um Contrato de Fornecimento de Energia (Power Supply Agreement PSA) que viabiliza a venda de 50 Megawatts (MW) firmes (nas horas de vazio) e mais 200 MW de energia não firmes àquele país vizinho.

Na mesma ocasião, as partes renovaram o acordo para a extensão do período de fornecimento transfronteiriço de energia à Vila de Zumbo, Província de Tete, a partir da Zâmbia.

Os referidos documentos foram rubricados na manhã de hoje, dia 17 de Outubro, em Luanda, Angola, à margem da 55ª Reunião do Comité Executivo da Southern Africa Power Pool (SAPP).

Segundo o PCA da EDM, “Moçambique tem uma capacidade instalada de 2.790 MW, da qual absorve cerca 1.057 MW para a ponta doméstica, sem incluir o fornecimento à Mozal.

Portanto, temos um excedente considerável que colocamos à venda no mercado de exportação de energia, através de acordos bilaterais e no mercado competitivo da SAPP. Queremos, assim, cimentar o nosso posicionamento estratégico de polo regional de geração de energia, trazendo mais divisas para o País”, afirmou o PCA da EDM.

Entretanto, ao proferir o discurso de abertura da Reunião dos Gestores Seniores das Empresas de

Electricidade da Região (SAPP), o Vice-Governador de Luanda, António Manuel Gonçalves, lembrou que, a SADC tem um enorme potencial de recursos energéticos que precisa ser explorado de forma economicamente sólida e sustentável, para o benefício de todos.

“Sentimos sinais de crescimento das economias da SADC, fruto do impulso da industrialização. Precisamos, pois, de mais energia para acompanharmos a evolução que está a ocorrer nos nossos países. Cabe-nos, portanto, investir mais em infra-estruturas de fornecimento de electricidade, para evitar défices de energia no futuro”, vincou o governante angolano.

A 55ª Reunião do Comité Executivo da SAPP, deliberou, entre outras questões relevantes, a aprovação do Orçamento Anual do organismo, bem como a adesão condicional de dois novos membros como Participantes do Mercado, nomeadamente, a Eenghono Power (Pvt) Ltd e a Sino Energy (Pvt) Ltd, empresas namibianas.

Beira Corridor Business Forum marca festividades dos 25 anos

A Cornelder de Moçambique (CdM) levou, recentemente, a cabo, na cidade da Beira, província de Sofala, o “Beira Corridor Business Forum”, um encontro que juntou participantes nacionais e estrangeiros, com destaque para a região austral de África.



O fórum marcou as celebrações dos 25 anos da Cornelder, como gestor do Porto da Beira, e serviu, essencialmente, para os presentes debaterem sobre a actual situação e as possíveis soluções aos problemas que existem.

O administrador delegado da CdM, Jan de Vries, realçou, na ocasião, o historial da Cornelder de Moçambique durante os 25 anos de sua existência, os desafios enfrentados e os investimen-

tos feitos, nos últimos anos, quer nos Recursos Humanos, quer na maquinaria e programas, que contribuíram para a modernização completa dos serviços prestados no Porto da Beira.

O ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Magala, e a secretária de Estado de Sofala, Cecília Chamutota, saudaram, na ocasião, os esforços empreendidos pela CdM, no decurso de 25 anos, e o forte investimento

realizado, nos últimos anos, que levaram o Porto da Beira a ser classificado pelo Banco Mundial como o mais eficiente da África Austral, em termos de desempenho de carga contentorizada.

O governante desafiou a CdM a trabalhar para atingir um movimento anual de carga de um milhão de TEUs (Unidades Equivalentes a Vinte Pés) no seu Terminal de Contentores (TC), nos próximos 15 anos, garantidos para a continuidade da gestão do Porto da Beira.

Neste momento, a CdM tem movimentado cerca de 300 mil TEUs, por ano, e a meta estabelecida é de atingir, nos próximos anos, o movimento de 700 mil TEUs.

Reagindo ao desafio proposto pelo ministro dos Transportes e Comunicações, o director Executivo-Adjunto da CdM, António Libombo, prometeu trabalho e lembrou que para se chegar a um milhão de TEUs é necessário, primeiro, atingir a meta definida pela concessionária de movimentar 700 mil TEUs, por ano.



Actividades em destaque

- ✓ Limpeza geral e industrial
- ✓ Manutenção de jardins
- ✓ Desinfecção e Fumigação
- ✓ Fornecimento de consumíveis de limpeza e plantas de ornamentação

ENDEREÇO

Email: Info@bringuesclean.co.mz ou comercial@bringuesclean.co.mz

Site: www.bringuesclean.co.mz

Morada: Av. Albert Lithuli nº 1528, R/C, Bairro Alto Maé A.

LIGUE: +258 86/84 6625701 • 87 308 8729



O FURACÃO

Alexandre Chiure

Eleições que se transformam em filme de terror

De um simples exercício democrático em que as populações participam, através do voto, na escolha dos novos órgãos autárquicos para os 65 municípios, as eleições da semana passada mais pareciam um filme de terror baseado numa história de ficção do que propriamente com um processo eleitoral normal.

A votação até começou bem com os eleitores a dirigirem-se, logo pela manhã, às assembleias de voto para cumprir o seu dever cívico. Tudo decorria a mil maravilhas até quando o sufrágio se transformou, em algumas autarquias do país, numa película com o selo de Hollywood.

Primeiro, são os papéis que se inverteram. A polícia, que continua a não saber se comportar como republicana, toda autoritária e a privilegiar o uso da força, assumiu o protagonismo não recomendável pela CNE e os partidos políticos, coligações de partidos e associações concorrentes, como actores secundários.

Em plena votação, que era suposto ser um momento de festa, assistiu-se a disparos, matando e ferindo cidadãos indefesos, incluindo uma criança de 12 anos, em Chiure, Cabo Delgado, e ao lançamento de gás lacrimogénio em Nampula, gerando uma grande confusão entre a multidão que escorraçava indivíduos que queriam fazer enchimento de urnas.

Populares, vigilantes por confiança aos órgãos eleitorais, surpreenderam membros e simpatizantes da Frelimo e a Renamo com boletins de voto já preenchidos à espera de oportunidade para introduzi-los nas urnas. Os casos relevantes envolveram um agente da UIR, em Nampula, que estava na sua posse de 10 unidades e uma docente universitária, com 19.

Depois era o problema das credenciais que não foram emitidas a favor de alguns observadores nacionais, apesar de terem sido solicitadas atempadamente junto dos órgãos eleitorais. O mesmo aconteceu com formações políticas da oposição, cujos mandatários não puderam acompanhar de perto o processo de votação e de contagem dos votos, facto que pesou para a anulação das eleições em certos distritos municipais pelos tribunais, em resposta a recursos interpostos pela Renamo e Nova Democracia, este, no caso de Chókwè.

Ao cair da noite, a situação piorou. Alguns municípios ficaram sem energia eléctrica no momento crucial de contagem dos votos e o apuramento dos resultados nas mesas, facto que não foi bem visto.

Enquanto isto, membros de uma mesa de votação interromperam estranhamente a contagem dos votos e abandonaram a sala, numa escola em Maputo, acusando cansaço. Além de tratar-se de um insólito, revela uma total irresponsabilidade por parte deles. Não têm a noção do que isso significa para um processo eleitoral, com o risco de alguém adulterar os resultados.

Nesse rol de irregularidades, presidentes das assembleias de voto, que não foram dois ou três, mas muitos e espalhados por vários municípios, em particular os mais disputados que os outros, recusaram-se a assinar as actas e os editais, alegando que estavam à espera de ordens superiores para o efeito.

Pelas suas atitudes fora de comum, ficou claro que os fulanos obedeciam a um comando exterior não oficial, a verdadeira CNE e STAE, com poderes supremos para mandar e desmandar a seu bel-prazer em detrimento dos órgãos eleitorais instituídos.

Por outras palavras dizer que a CNE e o STAE que todos nós conhecemos não mandam praticamente em nada. Há uma outra CNE e STAE que ditam ordens para que as coisas aconteçam ou deixem de acontecer, o que é, no mínimo, triste. Se eleições é isto, então desisto. Não faz sentido gastar dinheiro para legitimar brincadeiras destas.

O outro espectáculo que nos foi dado a assistir tem a ver com os resultados parciais saídos das mesas. Casos houve em Maputo, Matola, Quelimane, Nampula e noutros municípios em que no final da contagem dos votos, os resultados ditaram vitória para o partido X e no dia seguinte esse mesmo partido ser declarado vencido.

Por exemplo, na noite da votação, dormimos cientes de que a Renamo tinha ganho em determinadas assembleias de voto em Maputo, Matola e noutras autarquias, tomando como base os editais afixados e divulgados em canais de televisão nacionais. Quando acordamos, os resultados já eram outros. Deu para perceber

que houve, aqui, um golpe de editais.

Perante este quadro, os órgãos de administração da justiça têm a responsabilidade de salvar estas sextas eleições, evitando que resultem em convulsões sociais que podem, futuramente, evoluir para guerras sem sentido. Acima de tudo, os tribunais, vistos como a reserva moral no meio deste pandemónio, têm a tarefa de resgatar a credibilidade de instituições públicas.

O trabalho até aqui feito é positivo, mas é preciso ir mais a fundo da questão. Muita coisa deve ser corrigido. O volume de irregularidades registadas é grande e tira o brilho de todo o processo eleitoral.

Alguém perguntava-me se é possível o partido que suporta o governo ganhar em 64 das 65 autarquias que estiveram em concurso e a Renamo, em nenhuma, num país com um índice elevado de descontentamento popular, revelando um desgaste de imagem da parte deste, resultante do custo de vida insuportável, promessas não cumpridas, falta de emprego, habitação e oportunidades para jovens, a arrogância que caracteriza alguns governantes, problemas de enquadramento dos funcionários no âmbito de TSU, corrupção envolvendo dirigentes, desigualdades sociais e outros? Tive dificuldades de responder, num cenário em que estes foram, para mim, os principais adversários do partido no poder nestas eleições e serão igualmente nas gerais de 2024.

Esta é a razão da frustração dos moçambicanos, em particular de jovens que não compram o discurso sobre Luta Armada de Libertação de Moçambique. Jovens que procuram hoje o conforto na Renamo e foi a sua aposta nestas eleições em busca de alternância no poder, num voto mais de punição ao partido Frelimo do que propriamente de militância. São esses mesmos que aderem às manifestações reclamando os resultados eleitorais.

Depois destas eleições, a família Frelimo, querendo reverter a situação, deve sentar e reflectir seriamente sobre como é que tem lidado com o povo. Talvez chegará à conclusão de que está a ser arrogante ou que, em algum momento, se distanciou do povo ou, ainda, que deve regressar aos tempos em que o povo era a Frelimo e a Frelimo, o povo.



A esquina do sociólogo

Luca Bussotti

Como sair deste imbróglio?

Existem pelo menos dois factores que quem arrumou a mais escandalosa alteração da vontade popular em Moçambique num processo eleitoral não calculou devidamente: o primeiro diz respeito ao clima social mudado, que pode ser resumido com a ação levada a cabo por parte dos jovens que se auto-definem como pertencentes ao “Povo no Poder”. Em Março passado, quando, depois da morte de Azagaia, as forças policiais tiveram jogo relativamente fácil em reprimir as manifestações que este incipiente grupo procurou organizar, a luta parecia entre gato e rato, e assim, provavelmente, pensou-se que aquele movimento já tivesse sido derrotado. Os factos mostraram que este foi um erro gravíssimo, e que o movimento, num processo de mimetismo político, conseguiu mobilizar massas principalmente juvenis, tendo um objectivo primário: o respeito da vontade popular dos eleitores e, em segundo lugar, o apoio às candidaturas dos principais partidos de oposição, principalmente a Renamo. Existem poucas dúvidas de que, sem o protagonismo destes jovens, Renamo, MDM e Nova Democracia, como principais partidos de oposição, teriam conseguido os resultados hoje visíveis a toda a gente, implementando formas de activismo e de resistência inimagináveis mesmo pouco antes das eleições.

O segundo erro foi a ideia da passividade do povo moçambicano. Uma passividade de que este povo já deu largas provas, por exemplo com elevados níveis de abstenção eleitoral em todas as eleições depois das duas primeiras gerais, de 1994 e de 1999. Entretanto, não foi calculado que as condições péssimas em que larga parte da população moçambicana vive até hoje, inclusivamente os funcionários públicos que ficam sem salários ou recebem-nos com muito atraso, e que sempre

foram fieis à Frelimo, influenciaram o desejo de mudança que outrora tendia a expressar-se com a resignação.

Foram estes dois motivos, provavelmente, que não deixaram passar o esquema de fraude que, desde o recenseamento, o actual sistema de poder quis implementar, ignorando os princípios fundamentais de um estado de direito, que deveria reger mesmo a

O que sobressaiu deste processo eleitoral é que a maioria das instituições que deveriam garantir a transparência do processo eleitoral já perderam qualquer credibilidade.

vida pública em Moçambique. Resultado: de forma espalhada, vários tribuais locais atribuíram a vitória ora à Frelimo (Quelimane ou Gurue), ora ao MDM (Beira), ora apontando pela necessidade de recontagem dos votos (Alguns distritos de Maputo e Matola). No entanto, nas ruas de muitas cidades, a população não se cansa de exigir o respeito da vontade popular, repondo a verdade eleitoral. E o número de manifestantes é tão grande que mesmo

mecanismos de repressão *old style* ficaram impraticáveis.

Fora das análises que podem ser feitas, a questão que agora o país tem de enfrentar é a seguinte: como sair deste imbróglio? Será que alguém tem a autoridade suficiente poderá repor a verdade eleitoral? A resposta, provavelmente, é negativa. Foram tantas as alterações e adulterações na contagem dos votos que será muito difícil, senão impossível, estabelecer qual partido os eleitores moçambicanos mais votaram nesta ou naquela autarquia. Tal facto não deixa, portanto, muitas escolhas: seria necessário repetir as eleições em todas as 65 autarquias do país. Uma escolha, esta, que só poderá caber à Suprema Corte, e que implicará mais gastos, mais tensões, e um país de facto bloqueado entre uma eleição falhada (esta das autárquicas) e uma em devir (a de 2024, com eleições gerais, presidenciais e provinciais), que se prevê ainda mais renhida e competitiva do que esta que acaba de acontecer.

Um segundo problema diz respeito a como, eventualmente, o país irá enfrentar esta repetição das eleições (de forma total ou parcial, ou seja, apenas para alguns municípios): o que sobressaiu deste processo eleitoral é que a maioria das instituições que deveriam garantir a transparência do processo eleitoral já perderam qualquer credibilidade. Isso significa que, numa segunda eleição das autárquicas, o cenário que acabamos de viver poderá vir a se repetir, com consequências nefastas, como os próprios bispos da Igreja Católica evidenciaram num recente pronunciamento. Não será suficiente, portanto, repetir as eleições, mas sim encontrar uma forma certa para garantir a transparência do processo eleitoral. Como fazer isso é questão jurídica, mas sobretudo política. E as dúvidas de como a política saberá responder a um tal dilema são mais do que legítimas.



Rui Lamarques

Da democracia mínima à morte da democracia: O caso de Moçambique

Quando se fala de crise em Moçambique, é comum focar em temas económicos. A narrativa usual é a seguinte: o colapso causado pelas dívidas ocultas gerou uma das piores crises no país. Essa narrativa não é falsa, pois Moçambique enfrenta desde então um colapso económico brutal (o dólar disparou de 30 para 80 meticais em tempo recorde). No entanto, o problema é que ao focarmos apenas na economia, não fazemos justiça à verdadeira bomba que implodiu no país no dia 11 de Outubro de 2023: uma crise eleitoral como poucas.

Moçambique, com os resultados forjados pela Frelimo, está a vivenciar uma das consequências típicas de uma das piores crises eleitorais do continente africano - instabilidade e repressão. A origem desta crise é simples: o frelimismo, que desfrutava de uma vantagem eleitoral confortável e praticamente ininterrupta desde 1994, está a enfrentar – pela primeira vez – uma insatisfação popular generalizada, com o agravante do Governo recusar-se a aceitar essa realidade.

Podemos afirmar que tudo o que a Frelimo tem feito, desde então, gira em torno de como sobreviver fraudulentamente a essa crise. Também podemos dizer que todas as acções da Frelimo serviram para agravar a crise com base em três pilares: suprimir o voto, eliminar o voto e, por fim, distorcer o voto. Com essas medidas, os diversos Governos da Frelimo conseguiram manter-se no poder ao longo dos anos, mas também acabaram por corroer aos poucos o mínimo de democracia no país.

Em Moçambique, já sabíamos que os tipos de democracia mais profundos - a democracia liberal, com ênfase em freios e contrapesos, e a democracia participativa, com ênfase na inclusão plural - já tinham sucumbido durante o governo de Guebuza (2005-2015), mas com o guebuzismo ainda sobreviveria uma pequena parcela de democracia, aquela que significava que nas autarquias onde a oposição era capaz de controlar o processo de votação, respeitava-se a vontade da maioria (Quelimane, Beira, Nampula e Nacala nas eleições passadas). O legado de Nyusi, no seu último mandato, foi acabar com essa herança de democracia mínima.

As últimas eleições decretaram o fim da democracia mínima em Moçambique, com Celso Correia como peça central. A principal lição dessas eleições é que a Frelimo se recusa a reconhecer a orientação política da juventude, agora que o partido libertador se tornou minoritário. Para

não enfrentar essa realidade, o celsismo recorreu a táticas que atentam contra a democracia.

Antecipando um desastre eleitoral nas eleições autárquicas, mas reconhecendo que não podia adiar tais eleições, o Governo introduziu as seguintes medidas:

- Incerteza no cronograma eleitoral. O CNE demorou a dar a data oficial, atrasando a campanha e a divulgação das datas do recenseamento. Por exemplo, o contrato com o fornecedor de materiais só foi assinado a 13 de Outubro de 2022, quando faltavam cinco meses para o início do recenseamento.

- Restrições aos líderes da oposição.

- Intensificação do nepotismo.

- Intensificação da hegemonia comunicacional. Durante o período oficial de campanha, os meios de comunicação oficiais - que hoje dominam a televisão, rádio e imprensa - deram pouca cobertura às actividades da oposição, ou seja, invisibilizaram as actividades da campanha da oposição.

- Mudança nas regras eleitorais. Os cadernos eleitorais tinham números diferentes e circularam muitos votos pré-votados (não sua maioria em prol da Frelimo). A Renamo já tinha manifestado reservas: "As condições estão criadas na lei, mas elas não são cumpridas e nós, como Renamo, não sabemos até que ponto a nova composição da CNE fará cumprir a lei, porque é através disso que teremos eleições livres, justas e transparentes", disse Saimon Macuiane, que apontou os membros do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) como culpados por várias irregularidades nos processos eleitorais.

Apesar de tudo o que foi mencionado acima, o Governo sofreu a sua pior derrota histórica (perdendo Maputo e Matola).

Inovação antidemocrática

A Frelimo sempre optou por introduzir boletins de voto, mas desta vez preparou algo que nem os opositores e muito menos organizações da sociedade civil estavam à espera: a falsificação de editais. Enquanto todo mundo se concentrou em observar o processo de votação Celso, na sua torre no Hotel Plaza, desenhou um plano a três níveis (i) reduzir o número de recenseados, (ii) transportar pessoas para votar aliado ao enchimento das urnas e, por fim, (iii) falsificar editais e forjar resultados.

Os órgãos de gestão eleitoral, sob pressão, acataram as ordens e acabaram por alterar todos resultados favoráveis à oposição. Enquanto a Renamo celebra vitórias nos municípios que venceu a resposta da Frelimo, através dos órgãos eleitorais, foi ainda pior em termos de violação dos princípios democráticos. Eles não apenas tentaram suprimir o voto, mudar as regras (tornando o processo de colecta de assinaturas mais oneroso), criar obstáculos (demorando na validação das assinaturas), mas eventualmente nunca permitiram que as actas dos partidos da oposição fossem validadas pelo STAE.

O final da democracia em Moçambique, como todo entardecer, foi paulatino. Começou muito antes de Nyusi, mas no período 2019-2013, ficou óbvio que o regime passou de um ocaso democrático para uma escuridão total. Durante esse período o Governo violou elementos fundamentais de democracia mínima: não só violou, mas continuamente alterou as regras para desfavorecer qualquer espécie de oposição, não respeitou os resultados eleitorais para autarquias e suspendeu as eleições distritais pautadas pela constituição. A manipulação eleitoral não é nova na África lusófona. Só que agora atingiu extremos nunca antes vistos. O propósito foi sempre lograr que o grupo minoritário, neste caso o frelimismo, se converta em maioria, e impedir, através de esquemas, que a vontade popular se materialize. A resposta do Governo vai dar lugar à instabilidade política severa e com grandes ondas de protesto.

Em qualquer regime político, quando se cometem tantas irregularidades eleitorais como na Frelimo nyussista - acompanhadas de muita repressão como durante e depois das eleições de 11 de Outubro - há dois possíveis efeitos, ambos contraditórios. Ou se escandaliza e mobiliza a oposição, ou se desalenta, se divide e se debilita. Em Moçambique ainda não sabemos que resposta teremos. Contudo, a nova ordem marcada pelo celsismo que se dedica a não realizar eleições limpas e nas quais a Frelimo deve vencer a qualquer custo emergem com força. Se os partidos da oposição não têm possibilidade de competir e muito menos de ser oposição, deixam de estar reunidas as condições de democracia mínima no país. A combinação de supressão de votos, deturpação de regras eleitorais e repressão permitiram ao Governo da Frelimo sobreviver nestas eleições. O que não sobreviveu foi a democracia.

Mnangagwa convoca eleições para 9 de Dezembro para preenchimento de lugares no parlamento

O Presidente do Zimbabwe, Emmerson Mnangagwa, convocou, sexta-feira, eleições para o dia 9 de Dezembro deste ano, para preencher nove lugares no Parlamento, que tinham ficado vagos após a destituição, há duas semanas, de 15 deputados da Coligação de Cidadãos para a Mudança (CCC).



Embaixador da Palestina em Moçambique reage sobre os ataques na faixa de Gaza

O Embaixador da Palestina em Moçambique, Fayez Abdul Jawad, disse, na última Segunda-feira, dia 16 de Outubro, que Israel viola o direito humanitário na Faixa de Gaza. Jawad falou sobre o grupo islâmico Hamas e disse que o exército de Israel vem bombardeando a Faixa de Gaza e se aproxima de uma invasão por terra do povo palestino para reivindicar o bombardeamento que o Hamas fez nas suas terras.

“Este governo cometeu todas as formas de violações contra o nosso povo palestino e violou flagrantemente as leis internacionais e o direito do povo palestino viver com dignidade, através do bombardeio diário de crianças indefesas, de mulheres e jovens”, desabafou.

Prosseguiu referindo que, “durante vários dias, Israel continua a bombardear e a demolir casas na Faixa de Gaza aos

seus residentes civis, por via aérea, marítima e terrestre, numa guerra bárbara, estas operações levaram, até ao momento, ao martírio de mais de 2750 palestinos, incluindo 760 crianças e bebés, mais de 700 mulheres e mais de 9800 mil feridos, além da destruição de centenas de casas”, detalhou Fayez Jawad.

“Esta violação do direito humanitário internacional, das Convenções de Genebra e das



resoluções internacionais relevantes, Israel anunciou a imposição de um cerco completo à Faixa de Gaza, cortando água, alimentos, electricidade e gás, e impedindo a assistência médica”, acrescentou.

O embaixador sublinhou

que o povo palestino oprimido tem o direito de se defender por todos os meios legítimos garantidos pela legitimidade internacional como um povo que vive sob ocupação do seu território.

“A liderança do Presidente

da Palestina, Mahmoud Abbas, alertou a comunidade internacional, há meses, no Conselho de Segurança, que as violações do direito internacional por parte de Israel, as suas tentativas de privar os palestinos dos seus direitos legítimos e o fracasso em responsabilizar Israel pelos seus crimes terão teríveis consequências para a segurança e estabilidade na região, mas lamentavelmente a comunidade internacional ignorou as nossas advertências”, explicou.

Por via disso, o embaixador apelou à comunidade internacional para que cumpra os seus deveres relativamente ao que está a acontecer na Palestina ocupada, e que trabalhe para pôr fim à guerra.

PUBLICIDADE

Angola: repressão policial termina com centenas detidas na província da Lunda Sul

Centenas de pessoas foram detidas e outras feridas em Saurimo, na Lunda Sul, envolvidas em tumultos com a polícia durante a repressão de uma manifestação a favor da autonomia daquela região do leste de Angola. As autoridades confirmam a detenção de cento e cinquenta pessoas, dizendo que a acção da polícia foi para conter arruaças protagonizadas pelos jovens.

O Presidente do auto-denominado Manifesto Jurídico do Povo Lundês, Jota Filipe Malakito, acusa a polícia de ter usado, ontem, meios letais para frustrar a realização de um acto cujo propósito seria apenas hastear a bandeira da sua organização no município de Saurimo, capital da província da Lunda Sul.

Jota Filipe Malakito sublinha que a acção dos homens da farda azul resultou na detenção de mais de duzentas pessoas e no ferimento de centenas de indivíduos, tendo ferido aproximadamente trezentas pessoas sem motivo algum. “Não compreendo absolutamente nada. Setenta feridos ali. Qual é o motivo deles fazerem isso? Não há crime nenhum que nós cometemos,” desabafou o líder associativo.

Entretanto, Florêncio de

Almeida, porta-voz da Polícia Nacional na Lunda Sul, esclarece que a polícia apenas tentou garantir a segurança da actividade, mas os organizadores insurgiram-se contra as forças da ordem, forçando a detenção de várias pessoas.

Procurámos contactá-los para garantir a segurança dos mesmos, mas não tivemos sucesso. Como resistiam, dizer que se levou a custódia das forças cerca de 150 indivíduos, que estão nesta altura detidos, para serem catalogados e depois então serem postos em liberdade, explicou o porta-voz Florêncio de Almeida.

No entanto, o oficial da polícia desmente a ocorrência de morte durante a actuação das forças de ordem, apelando à população, sobretudo a do município de Saurimo, a ter calma e a estar tranquila.

Somos PAZ

*Pessoas de bem e acolhedoras
Gente boa e trabalhadora
Pátria amada A lindo País
Do mais velho a cada Peti Z*

Água da Namaacha
água mineral natural - spring mineral water

4 de Outubro
DIA DA PAZ



SER ESPIRITUAL

Felisberto Botão

Os “brancos” são desumanos (Parte 1)

Sendo o mercado dos smartphones, uma indústria bilionária, como se explica que o país que produz o elemento essencial, que sem ele a indústria mundial pára e colapsa, tem que mendigar dinheiro à comunidade internacional para pagar seus professores e comprar remédios para o seu povo?

Não será o presidente que controla este país, mais poderoso que os presidentes dos Estados Unidos e da China juntos?

O que está a falhar?

Não consegui manter o silêncio depois de ler um artigo no “EL PAÍS”, intitulado **Viagem ao berço do coltan, o coração dos ‘smartphones’**, que mostra um cheirinho do problema dos minérios de sangue no Congo, embora tentando sempre por a culpa no africano, por causa das milícias, e tenta explorar as “dificuldades” que os estados unidos e a europa estão a ter para a certificação dos chamados minerais ‘limpos’, enquanto as suas indústrias prosperam, e seus governos ganham impostos para assegurar a paz social nos seus países.

Achei no artigo um pretexto para elaborar um pouco mais sobre este tema, na perspectiva africana, para que todos aqueles que tenham um pouco de dó e compaixão pela África e o seu povo, sintam o drama real. Não se pode roubar a uma pessoa, lhe tirar tudo o que tinha, depois ir-se ao público e dizer, em voz bem alta, que aquela pessoa é idiota, incapaz, e nem se quer é capaz de alimentar sua própria família. Isso é nojento e **desumano**.

É o que a Europa e os Estados Unidos da América estão a fazer no Congo, aliás, em toda África. Veja-se o caso recente do Níger, uma crise que põe a nu as barbaridades que França comete naquele país, e na região do SAHEL, e não quer parar apesar da vergonha exposta. Este é um tema para outra discussão, que justificaria todos os países de África encerrarem as representações diplomáticas da França.

Neste artigo vou apresentar entre aspas os textos que extrai do jornal, e vou comentar, e dar o meu ponto de vista sobre o assunto.

O artigo afirma “*Antes de chegar ao Playstation, ao telefone celular ou às câmeras fotográficas, o tântalo que lhes permite funcionar passou possivelmente por uma lata de molho de tomate. Ou por algum dos outros testes de qualidade locais feitos no leste da República Democrática do Congo, onde ficam as maiores reservas mundiais de coltan — estima-se que 75% delas — um mineral do qual o tântalo é um dos componentes. É o rei da era digital, um mineral com propriedades únicas onipresente em produtos eletrônicos*”.

Definitivamente, estamos a falar de um mineral, que é uma matéria prima que define a era em que estamos, e mais boas décadas por vir. Se o Congo tiver formas de fechar suas fronteiras e seu espaço aéreo, o mundo todo irá se ajoelhar, implorando para que reabram. Os CEOs e Shareholders da Apple, da Samsung, da Nokia, da Playstation, da Huawei, da Tecno, BlackBerry, entre outros, irão perfilar no gabinete do presidente do Congo, implorando. Os presidentes dos EUA, da China, da Coreia do Sul, os primeiros ministros do Japão, do Reino Unido, entre outros, vão estar pendurados ao telefone tentando falar com o presidente do Congo.

Isso é muito poder.

A imposição do cenário acima nas actuais circunstâncias, ele acordaria morto no dia seguinte, mandado executar por agentes destas forças que citei acima, o que justifica a inactividade do presidente do Congo e sua equipa.

Congo é a potência económica mundial negada pela Europa, pelos Estados Unidos e pela ONU. Todos os princípios e premissas da economia e finanças, e da geoestratégia política, mostram claramente, sem sombra de dúvidas que o Congo é a potência económica mundial do momento, para dominar a economia internacional nos próximos 30 a 50 anos. Isso só não está a acontecer porque têm ladrões em casa. Os Belgas, os Franceses e os Americanos nunca saíram do Congo, desde a época de roubo legalizado da colonização, e hoje se junta a ONU. Mataram Patrice Lumumba, mataram o Mobutu Sese Seko, mataram o Laurent Kabila, e estão lá, prontos a matar qualquer outro presidente que acharem descartável, ou tentar reclamar e resgatar os direitos do Congo, e criar condições para pagar os professores e comprar remédios para o seu povo, dono de tanta riqueza.

Na sessão de setembro de 2023, a 78ª Assembleia Geral, o presidente da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, tomou uma atitude de coragem, e mandou sessar a missão de paz da ONU no seu país. Uma atitude sábia, pois os agentes ocidentais que citei acima, usam as forças de paz para roubar e retirar os minérios do Congo. O orçamento de mais de um bilião de dólares anuais que esta missão custa, que entre outras coisas financia as milícias que desestabilizam a região, é uma forma de investimento, que retorna em minérios para os países participantes. Vocês podem imaginar o quão desumano isso é?

São ladrões negando o dono de reaver os seus bens. Isso é o que eles são, ladrões, embora se esforcem em buscar nomes mais suaves e bonitos para eles próprios.

O artigo ainda afirma, “*No entanto, em Bandulu, no leste do Congo, onde as minas de coltan são abundantes, só existe um único painel solar para carregar os celulares; os poucos que existem não são smartphones. É preciso uma noite inteira para carregar 25% da bateria*”.

Esta vergonha deveria cair nas caras dos CEOs e Shareholders da Apple, da Samsung, da Huawei, da BlackBerry, e de outras grandes companhias, que estão a gozar um momento de grande prosperidade graças a um povo e a uma terra, a quem nem se quer conseguem dizer obrigado.

Que gente é essa?

Outra citação do artigo, “*De Bandulu, o coltan começa uma longa viagem de bicicleta. Primeiramente, Christian o leva por uma trilha que atravessa a floresta. Três dias e duas noites ao relento e chegará a Mangurudjépa. Lá os carros conseguem chegar; o coltan se aproxima da zona de conforto. O grande depósito de coltan está localizado no coração da guerra mais mortífera do planeta. Por isso é considerado a estrela dos minerais de sangue. Também o são o estanho, o tungstênio e o ouro, todos eles presentes no interior da tecnologia “inteligente”; todos eles escondidos nos circuitos dos telefones celulares. Todos presentes no leste do Congo*”.

Esta é a parte do circuito vergonhoso que é declarado. Pois devem perceber que estas grandes companhias não poderiam confiar o seu abastecimento, a sua planificação e projeção de receitas baseados numa rede logística de bicicletas a cortarem as matas de densas florestas do Congo. Se o disserem que sim, é este o circuito, pior ainda para eles, como podem admitir esta vergonha? Onde estão as suas políticas de “anti slavery”, de “anti young labors”, etc. Total hipocrisia...

Naturalmente não poderiam citar aqui o transporte feito pelos agentes da ONU, e muito menos os voos clandestinos que todos os dias saem da RDC, em violação grosseira do espaço aéreo.

A ideia de passar a narrativa que “*o grande depósito de coltan está localizado no coração da guerra mais mortífera do planeta*”, é estratégico para afugentar e desencorajar a classe média e empresarial congoleza destes locais, deixando apenas os recursos completamente disponíveis para os ladrões europeus e americanos. Esta é uma estratégia que usam em vários países africanos, que vimos a ser implementada recentemente em Moçambique, na zona norte, rica em gás natural, que nos próximos anos vai dominar a logística internacional deste recurso, mas que como temos assistido pela África fora, os benefícios serão todos para a Europa e os EUA – se não assumirmos as rédeas e mudarmos o cenário, como africanos, donos da terra.

Na verdade, os grandes volumes dos minérios saem por via aérea, a partir da mata densa do Congo, e não pagam impostos. Estes sim, são previsíveis e tem escala, o que alinha perfeitamente com os processos de gestão de empresas como a Apple, a Samsung e a Huawei.

Estamos a falar de matéria prima roubada de um povo que precisa de dinheiro para pagar os professores e comprar remédio para o seu povo. Tudo porque estes países da união europeia e dos estados unidos e estas empresas multinacionais não concordam que o povo africano seja pago por aquilo que é seu. Esta mentalidade nunca mudou desde a escravatura no século XV. O europeu não evoluiu, e está a arrastar consigo outros povos como o chinês, o turco, o coreano, e o russo.

O antigo presidente da Tanzânia, John Magufuli, mostrou que com o dinheiro da venda ao preço justo dos recursos minerais, a África pode construir uma nação e suprir suas necessidades, incluindo o pagamento de professores e compra de remédios, sem precisar de recorrer a dívidas “ocultas” externas, que são outra maldição desumana imposta ao africano pela Europa e EUA. Veja o caso do Níger, a França pagava 8 centimos por 1kg de urânio que está cotado em 300 euros no mercado global. Como isso é possível para alguém com um pingote de humanidade? Não interessa sob pretexto esta acção era tomada. Isso é demoníaco...

Só um reparo, eu disse que os brancos são desumanos? Não, foi uma falha. Eu quis dizer que, os sistemas imperialistas da Europa e da América do Norte, são desumanos...e fundados no roubo.

O seu comentário e contribuição serão bem-vindos. Obrigado pelo seu suporte ao movimento SER ESPIRITUAL <https://web.facebook.com/serespiritual.mz/>



Xavier Uamba

Sobre Eleições e o toma lá, dá cá

Toma lá, dá cá. Eis o caso. Eis o dilema. Eis a sina. Isto começa a ficar parecido com o famoso adágio popular segundo o qual “dinheiro no mão, calcinha no chão”. É nestas eleições de 11 de Outubro de 2023 ficou claro de que a mensagem que se deve transmitir para o eleitor deve estar, amiúde, perto da realidade. E se ainda havia dúvidas, que o diga a partido Frelimo, que há bastante foi tomado por cegueira crónica, que não só lhe embaciou a vista, como também lhe provocou a surdez e, acima de tudo, o sumiço da sua sensibilidade humana para com o povo. Hoje, já não basta o discurso nostálgico.

Já não basta ter sido libertador. Esse discurso está, literalmente, enferrujado e obsoleto à imagem de quem o apregoa. Hoje, captar eleitores significa captar os seus problemas. Significa sentir a sua dor e a Frelimo perdeu a empatia para a gula, para a acumulação desmedida da riqueza e sobre-

tudo para o elasciamento das gargantas e respectivo engordamento dos pescoços.

Agora, se a Frelimo ainda se quiser Frente, de esquerda, precisa ajustar-se e orientar a sua mensagem na e para a juventude. Mas isso mostrar-se-á insuficiente se não ancorado à transparência, democracia, sentido de responsabilidade e, acima de tudo, devolver a dignidade aos munícipes.

Agora, deixemos o blá blá blá. O facto é que a Renamo está a capitalizar a grande arrogância, prepotência e incompetência da Frelimo a seu favor. A morte de Azagaia, o rapper que se celebrou com “Povo no Poder” e mesmo morto mobilizou tanques pela enigmática capital Maputo, a questão TSU, que foi mal gerida para o gáudio da Renamo, e aí há males que vem para um bem, a greve dos médicos, enfermeiros e outros processos que foram sendo mal geridos, criaram espaço para que se olhasse para Renamo como a voz da esperança.

Entre este troar de armas em potência, a Re-

namo vai-se segurando e mostrando que, afinal, é possível gerir o assunto dentro das instituições, lutando e usando a lei dentro dos limites constitucionalmente consagrados na lei. Em tempos, já lá estaria o General Dhlakama se embrenhando na mata e disparado uns tantos tiros pelo ar, um inocente cá e lá tombado. Exacto. Tempos. Idos.

E agora? Resta o queijo para o partido Frelimo. A faca, essa, está com a Renamo. Pessoalmente, sugiro uma reflexão profunda e profícua da parte do partido Frelimo. Acho, e espero que a embriaguez pelos factos e tribunais que vão anulando eleições não me atordoem a mente, que, neste momento, o Comité Central devia reunir para discutir aquilo que correu mal e propor soluções urgentes. Eu estou interessado, de resto, em ver uma Frelimo cada vez mais forte, ainda que beliscada, próxima do povo e interessada com o bem da população, a bem a democracia e do reforço das nossas instituições.



Edmilson Mate

Uma democracia vazia: desafios políticos em Moçambique

É evidente para qualquer observador que Moçambique enfrenta desafios crescentes em sua política e economia, e que a democracia de que tanto se fala é frequentemente relegada a um segundo plano, servindo apenas a interesses particulares. A democracia perde o seu valor quando as instituições que deveriam garantir transparência e justiça no processo eleitoral parecem alinhar-se com interesses partidários corruptos. A democracia torna-se vazia quando um partido se agarra ao poder, sobrepondo-se à decisão de milhares de moçambicanos que foram as urnas votar e exercer o seu direito cívico.

O “povo é o patrão” não passa de um mero adágio de ocasião e uma retórica de um opressor que estava ainda a conhecer os cantos da casa. Ora, em qualquer instituição ou empresa o empregado segue as ordens do seu patrão, no entanto, em Moçambique, o empregado assume o lugar de patrão, precipitando um ambiente político disfuncional.

O multipartidarismo em Moçambique, estabelecido com a Constituição de 1990, marcou uma transição para um sistema democrático. Três décadas depois, ainda estamos diante de desafios significativos na construção de um estado de direito democrático. Isso

se deve, em grande parte, a postura de um partido em manter-se acima do Estado e da vontade do povo. Em vez do espaço político que devia ser um fórum para discussão de ideias para o desenvolvimento do país, as eleições frequentemente se tornam palco de alegações de fraude eleitoral, corrupção e controvérsias.

Compramos em 2015, no discurso inaugural de Filipe Nyusi a frase “as boas ideias não tem cor partidária e devem ser usadas para o bem da sociedade”, um discurso que até hoje ainda não foi absorvido pela própria FRELIMO. Por mais verdadeiro que seja de nada adianta se não for aplicado na prática. O país nunca saíra do buraco que se encontra, quando assistimos nestas eleições autárquicas uma vitória ilícita da Frelimo nas 64 autarquia, uma vitória que consistiu-se em irregularidades eleitorais, onde a Comissão Nacional de Eleições e outras instituições que deviam actuar com imparcialidade, promovendo um processo eleitoral pacífico, transparente e justo, deixam a integridade de lado e a vontade do povo e se aliam aos interesses de um partido, parece-me que as boas ideias acabam tendo cor partidária, que é vermelha.

Pois, incoerentemente, em Moçambique as ideias vindas da oposição são consideradas inúteis no ver-

dadeiro sentido da palavra, de nada valem. Estamos diante de uma FRELIMO cega pelo poder que é uma das formas de adquirir o bilhete expresso para o inferno, o Partido no poder precisa encontrar um rumo.

É inegável para qualquer pessoa de diligência mediana que estamos diante de uma FRELIMO que assume uma postura condenável, que está a governar mal este país, o que se justifica pelo nível de insatisfação popular, pois o custo de vida está cada vez alto e o governo se mostra incapaz de prover condições mínimas para pelo menos tirar as crianças do chão e garantir que pelo menos os moçambicanos tenham uma vida condigna.

O país nunca esteve bem mas nunca esteve bem, mas nunca esteve tão pior quanto está hoje, pois estamos diante de um governo que não faz e não quer deixar os outros fazerem, uma postura condenável que mina a coesão dos moçambicanos.

As diferenças políticas são parte natural e importante em qualquer sociedade democrática, mas não devem ser motivo de conflito, exclusão e divisão. Em vez disso deve-se recorrer às ideias da oposição, sem olhar a cor partidária.

“Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia” - Nelson Mandela

Isaura Nyusi diz que medalha de bronze na COSAFA é corolário de trabalho

A primeira-dama de Moçambique, Isaura Nyusi, referiu que a conquista do terceiro lugar do torneio Cosafa pela selecção feminina de futebol é corolário de trabalho árduo, tendo na ocasião enaltecido a imagem do desporto moçambicano internacionalmente. Por outro lado, Isaura Nyusi declarou que a conquista da medalha de bronze no torneio regional alavancou a mulher moçambicana no desporto.



Geny Catamo decisivo no triunfo do Sporting frente ao CD Olivais Moscavide

O internacional moçambicano Geny Catamo estreou-se a marcar em oficiais na equipa principal do Sporting Clube de Portugal. Catamo, para além de marcar, fez a assistência para o terceiro golo da formação orientada por Ruben Amorim frente ao CD Olivais Moscavide. Litos Carvalha, antigo treinador da Liga Desportiva de Maputo, teceu rasgados elogios à nova coqueluche do futebol moçambicano e referiu que o mesmo merece renovar o contrato com o clube lisboeta devido à sua capacidade e progressão.

Duarte Siteo

Geny Catamo tem sido uma das melhores unidades do Sporting neste arranque da época. O moçambicano tem encantado os adeptos leoninos com as suas exibições, e Frederico Varandas pretende premiar a nova coqueluche do futebol nacional com a renovação de contrato e consequente subida da cláusula de rescisão.

Depois de ter representado a selecção nacional nos desafios frente a Nigéria e Angola, Catamo começou no banco o jogo da terceira eliminatória da Taça de Portugal em que o

golo que deu a cambalhota no marcador e ainda foi a tempo de fazer uma assistência para o terceiro golo.

Litos Carvalha, antigo treinador da Liga Desportiva de Maputo, elogiou o internacional moçambicano e referiu que a exibição da terceira eliminatória da Taça de Portugal vai lhe transmitir mais confiança.

“Acompanho o Catamo desde os seus 17 anos, altura em que chegou à selecção principal de Moçambique, onde foi sempre um jogador ofensivo. Agora, no Sporting,



um. Teria de aprender a dividir o seu jogo em termos individuais e coletivos e, diga-se, tem melhorado nesse aspecto. Nalguns lances até era egoísta, como por exemplo o jogo na Áustria em que perdeu muitos lances, quando podia ter feito mais combinações com os colegas. Por acaso estava ansioso por ver o Geny Catamo numa posição mais avançada no Sporting, tal como em Moçambique que joga como segundo ponta de lança ou nos corredores mais em terrenos avançados, e digo que nos últimos dez minutos do jogo com o Olivais e Moscavide superou as minhas expectativas. Falta-lhe marcar um golo pela equipa principal, já tinha marcado na B, isso transmite-lhe confiança. Fico feliz por vê-lo a jogar na frente, teve muito à vontade a jogar de costas para a baliza”, disse Carvalha numa entrevista concedida ao Jornal A Bola.

Mambas contribuíram para seu momento de forma actual

De acordo com antigo treinador da Liga Desportiva de Maputo, o actual momento de forma de Geny Catamo deve-se ao papel fulcral que tem tido na selecção nacional de futebol, vulgarmente conhecida por Mambas,

“Teve fases em que a selecção foi-lhe dando confiança

para ultrapassar momentos menos bons no Vitória de Guimarães e no Marítimo. Em Moçambique é muito acarinhado pelos adeptos e o seleccionador, Chiquinho Conde, reconhece-lhe as capacidades que estão à vista de todos. O que faz no Sporting passa por ser aquilo que tem na seleção, logo, a confiança é redobrada e vimos momentos de excelência num lado e no outro. O facto de Rúben Amorim o poder aproveitar para fazer várias posições também é muito bom”, salienta.

Em Janeiro do próximo ano, Moçambique vai voltar ao convívio dos grandes do futebol africano e tudo indica que Geny Catamo será um dos eleitos de Chiquinho Conde. Litos Carvalha observa que a chamada de Catamo para o CAN vai penalizar o Sporting, tendo igualmente referido que o moçambicano merece renovar o contrato devido a sua capacidade e progressão.

“Catamo e Diomande são dois jogadores imprescindíveis para o Sporting. Nesta fase, é sempre mau para o Sporting, não vejo o CAN como forma de valorização. Vai penalizar o Sporting, que perde dois jogadores que atravessam momentos extraordinários. Mas, desde o início da época que o Sporting preparou-se para isso. Tem sido uma forma extraordinária e justa da Direcção de Frederico Varandas valo-

rizar os jogadores. Serem justos consoante a evolução dos atletas e, consequentemente, aumentar-lhe os ordenados. É justo e merecido. Ao contrário de outros clubes, o Sporting tem conseguido, antecipadamente, ser justo nesse sentido. E, diga-se, o Catamo merece ser aumentado pela sua capacidade e progressão”.

Por outro lado, Litos referiu que Geny Catamo ainda não está no seu melhor, mas acredita que tem capacidade para ser mais melhor.

“A posição em que mais tem sido utilizado é como ala/lateral direito, apesar de ser canhoto, foi tendo algumas dificuldades defensivas, ainda não está no seu melhor, mas tem a capacidade de ser, tal como se viu no jogo da Taça de Portugal, uma ou duas vezes, aquilo que o Sporting não tinha desde as saídas de Nuno Mendes e Pedro Porro, que é quando está a ser pressionado na sua área, um jogador da linha defensiva conseguir quebrar a pressão. Ultrapassa o adversário direto e cria caos na defesa contrária. É um desequilibrador. No meio-campo defensivo do adversário acelera e tem grande facilidade de drible. É um finalizador com qualidade, algo que ainda não tinha mostrado no Sporting, ao contrário do que acontece na seleção de Moçambique, em que tem feito grandes golos e assistências”, finalizou.

Sporting teve como adversário CD Olivais Moscavide.

O internacional moçambicano foi lançado na segunda parte para empurrar os leões para o triunfo, uma vez que quando foi chamado para o retângulo registava uma igualdade a uma bola. Geny marcou o

vive uma nova realidade, em que fomos percebendo que tinha algumas limitações no processo defensivo, mas tem evoluído e tem agradado muito. Teve um ou outro jogo em que não esteve tão bem, também devido à sua idade e às suas características no um para

Incubadora de talentos encerra Roadshow de formação em África

A Incubadora de Talentos da MultiChoice (MTF - MultiChoice Talent Factory), em parceria com a Lights, Camera, Diáspora!, tem o orgulho de anunciar a conclusão de um emocionante roadshow que abrangeu três regiões: África Austral, África Oriental e Nigéria. O roadshow, apropriadamente chamado de Powered by Lights, Camera, Diáspora!, serviu de plataforma de treinamento para aspirantes a cineastas, profissionais da indústria e especialistas colaborarem, conectarem-se e criarem conteúdo cativante.



KINANI 2023 já está a portas

Consagrados e estreantes esperados na 10ª edição da Bienal de Dança em África

A Cidade de Maputo vai acolher, entre os dias 20 a 26 de Novembro de 2023, a 10ª edição do KINANI – Bienal Internacional de Dança Contemporânea, que vai apresentar espectáculos, diálogos e encontros nos espaços de Maputo. O elenco de curadoria do KINANI, junto com a Bienal de Dança em África, seleccionou uma variedade de propostas concebidas sem imposição em termos temáticos, com o objectivo de estimular a liberdade de expressão artística e oferecer espaço de visibilidade a diferentes abordagens num ambiente aberto.

O festival vai apresentar peças de companhias e a solo, com performances que ilustram e valorizam a equidade de género e dimensão regional e territorial. As obras são o resultado de actividades de pesquisa e de residências criativas.

Moçambique, África do Sul, Mali, Nigéria, Tanzânia, Cabo Verde, Angola, Marrocos e Madagáscar são os países convidados para esta bienal que vai transformar a cidade das acácias na capital africana da dança e da arte contemporânea.

Os espectáculos serão apresentados na Praça da Independência, Jardim Tunduru, Centro Cultural Franco-Moçambicano, Teatro Avenida, Centro Cultural Moçambique – China, Cine-Teatro Scala, Sé Catedral de Maputo, Correios de Moçambique, Cine África, 4ª Andar e Bairro Polana Caniço.



Alanna Muchanga representa Moçambique no Africa Fashion Week em Londres (AFWL) 2023

Nos dias 27 e 28 de Outubro, a estilista moçambicana, Alanna Muchanga, irá representar Moçambique na 13ª edição do Africa Fashion Week em Londres (AFWL), o maior evento de moda da Europa, que promove talentos de designers africanos e de inspiração africana.

Alanna Muchanga foi a vencedora do FANCY International Fashion Show, que teve lugar em Maputo, em 2022, tendo na ocasião recebido como prémio a participação no AFWL.

Nas suas criações, Alanna produz vestuário feminino na mistura de conservador e ousado, e é detentora da marca LISZTOMANIA, registada em Portugal, em 2021, que assume uma linha estilística jovem e feminina ousada, mas também conservadora.

O Notícias escreve ainda que a estilista moçambicana de 24 anos vive em Portugal, onde frequenta o 4º Ano do Programa Integrado de Licenciatura e Mestrado em Arquitectura, combinando os seus estudos com a moda.

De referir que Alanna iniciou igualmente a produção de várias linhas de perfumes de marca LISZTOMANIA, que estão em fase de certificação. Produz, igualmente, e por conta própria, bijuteria como



braceletes, brincos e correntes na base de materiais existentes, tais como missangas, prata, e outros ornamentos.

Flash Mob dá boas-vindas a viaja na companhia de bandeira

Passageiros da LAM surpreendidos à chegada a Maputo

A LAM - Linhas Aéreas de Moçambique lançou, na passada sexta-feira, no Aeroporto Internacional de Maputo, o projecto denominado Flash Mob, que proporciona acções especiais de boas-vindas aos passageiros da companhia aérea moçambicana.

A primeira acção, da iniciativa Flash Mob, contou com a actuação do consagrado músico moçambicano Jimmy Dlodlu e contemplou os passageiros do voo TM306, do percurso Joanesburgo/Maputo.

À chegada do voo, os passageiros foram surpreendidos com a actuação de Jimmy Dlodlu, que interpretou os temas do seu vasto repertório. O consagrado músico surgiu na sala de desembarque a dedilhar a guitarra e a endereçar as boas-vindas aos passageiros.

Na ocasião, Theunis Crous,

director-executivo da Fly Modern Ark (FMA), referiu que a iniciativa foi concebida para dar boas-vindas aos passageiros de voos internacionais e promover a cultura moçambicana.

“A iniciativa veio para ficar. Nós acreditamos que a redução em 30 por cento na tarifa de bilhetes de voos poderá tornar a companhia numa das melhores da região”, explicou o gestor.

Por sua vez, o músico Jimmy Dlodlu disse ser um grande desafio representar a marca LAM, por ser a melhor



que existe no País e na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em termos de serviços de aviação.

“Estar associado à marca LAM para promover o turismo e a nossa bandeira moçambicana é um desafio, mas estou aqui para representar o meu País e a bandeira da LAM. Mo-

çambique tem tudo para dar certo na área da cultura e turismo”, frisou Jimmy Dlodlu.

Joel Pita, moçambicano, residente em Joanesburgo, África do Sul, foi um dos passageiros beneficiários da iniciativa, tendo-se expressado nos seguintes termos: “Quando fizemos o check-in informáramos-nos que deveríamos levar um

convite porque teríamos uma surpresa ao chegar e foi, realmente, uma boa surpresa ver o Jimmy Dlodlu a tocar aqui. Vale a pena implementar iniciativas iguais a esta e que façam mais vezes”, concluiu.

Importa referir que a iniciativa vai abranger todas as províncias do País, sendo que cada aeroporto terá um artista do projecto Flash Mob que vai actuar nas chegadas dos voos da LAM.



Theunis Crous, director-executivo da Fly Modern Ark

EVIDÊNCIAS

60 Meticais

Nosso compromisso é com a verdade



ÚLTIMA HORA

Caso de anulação de resultados chegou ao CSMJ

Juízes eleitos denunciam manobras da juíza de Cuamba

Os juízes eleitos, Marcelino Caunhiua e Paulo Caputa, afectos ao Tribunal Judicial de Distrito de Cuamba, apresentaram uma participação junto ao Conselho Superior da Magistratura Judicial contra a Juíza de Direito Nelita Carlos Airone, afecta àquele tribunal, em contestação a uma alegada conduta ilegal na elaboração do acórdão que determinou a repetição de eleição autárquica naquele ponto do país. Na petição, os juízes eleitos pedem a instauração de um processo disciplinar contra Nelita Carlos Airone e também de uma sindicância para averiguar o seu suposto envolvimento com a Renamo.



apesar de tudo, pelas funções que ao longo de tantos anos vimos exercendo, devíamos pelo menos ser tratados com dignidade, respeito e consideração por todos os intervenientes do sistema judicial, independentemente do grau ou natureza da sua função”, dizem os juízes eleitos.

Mais adiante acrescentam que: “ao ser-nos negada a possibilidade de examinar a sentença, foi-nos também retirado o direito de garantir que todas as questões de facto debatidas e sobre as quais criamos e expusemos as nossas convicções, fossem adequadamente consideradas, haja visto, que posteriormente, quando acedemos ao conteúdo da sentença, verificámos, com grande preocupação, omissões significativas referentes a tais factos”.

Face às ilegalidades verificadas, os juízes eleitos pedem a instauração de um processo disciplinar, para o apuramento das responsabilidades que pesam sobre a juíza e, eventualmente, sobre o Escrivão Chefe, Francisco Faria, bem ainda que seja instaurado inquérito/sindicância para investigar as ligações entre o Partido Renamo e os Magistrados, que estão na iminência de situações de conflito de interesses.

Redação

Os juízes eleitos não concordam com o conteúdo do acórdão e acusam a juíza de direito de ter agido para defender interesses pessoais e de pessoas do seu círculo de amizade e profissional, pontapeando as imposições legais e sobretudo o princípio da imparcialidade.

“Escrivã do Juiz Presidente Provincial, Olga Naula, é filha do Cinquenta Naula-membro, membro sénior da Renamo e actual Edil do Município de Cuamba. As casas em que os juízes habitam em Lichinga são da propriedade de Cinquenta Naula, membro sénior da Renamo e actual Edil do Município de Cuamba”, referem os juízes eleitos.

Na carta a que tivemos acesso, os juízes eleitos explicam de forma detalhada os factos, que consideram ilegais e promíscuos, que colocam

em causa, não só integridade do processo em questão, mas também os valores e princípios basilares da justiça moçambicana.

Tudo começou no dia 15 de Outubro de 2023, quando em sede de julgamento e produção de provas o tribunal em referência julgou o recurso contencioso interposto pelo Partido Renamo contra o STAE-CUAMBA, em protesto aos resultados das eleições autárquicas de 11 de Outubro de 2023.

Sucedo que, segundo os petiçãoários, concluída a sessão do julgamento da acção e convencidos de que a matéria de facto trazida em sede de prova pelo recorrente, designadamente, pelas evidentes inconsistências, apresentaram as suas preocupações e pontos de vista a Juíza, a qual aparentemente receptiva, dei-

xou-os convictos de também era seu, que a matéria de facto não era sólida o suficiente para justificar o anulação das eleições, eis que o processo teve um revés.

Os juízes eleitos dizem que a juíza recolheu-se ao seu gabinete, onde recebeu o representante da Renamo no julgamento e convencidos de que estava a produzir a sentença e que iria partilhar para tomarem conhecimento da mesma e assiná-la, por isso ficaram, como de costume, a aguardar para que fossem chamados para tal procedimento. No entanto, vendo o anoitecer foram-se embora e regressaram no dia seguinte.

“No dia seguinte, dia 16 por volta das 10 horas, o Escrivão Chefe, Senhor Francisco Faria, trouxe o acórdão do gabinete da Juíza e constrangeu-nos assinar, sem lermos o conteúdo do acórdão,

aleadamente porque não havia tempo. Preocupados, insistimos com o Escrivão Chefe para que nos deixasse ler, tendo este se recusado e afirmado que a Juíza havia dado ordem de que não era para lerem, era para apenas assinarem”, descreveu.

Explicam os juízes eleitos que foram obrigados a assinar o acórdão sem antes terem lido que, segundo eles, contrasta flagrantemente com os procedimentos legalmente estabelecidos e comumente seguidos, nos quais as sentenças, e até qualquer documento, antes de ser assinado, deve ser lido e assumido pelo subscritor. Aliás, os juízes eleitos dizem que apenas tomaram conhecimento do conteúdo do acórdão através das redes sociais e pela televisão.

“A actuação em análise não é ilegal, acreditámos que é eticamente censurável, pois

PUBLICIDADE

ABERTOS TODOS DIAS

AUTOCARROS DE LUXO

- COM
- ACENTOS RECLINAVEIS
- DVD
- WC
- A.C

ROTAS:
MAPUTO-BEIRA
MAPUTO-QUELIMANE
MAPUTO-TETE
MAPUTO-NAMPULA
TODOS DIAS

MAPUTO: Av. 24 de Julho nº 1090 | 82 94 21 993 ou 84 20 33 829

BEIRA: Estouro em frente à antiga Padaria Progresso | 82 297 3432 ou 84 203 3829

QUELIMANE: Romosa em frente a Mesquita | 84 56 54 023